

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nosso trabalho não é para a geração atual; daqui a cem anos, os estudiosos encontrarão nele uma fotografia do estado da língua e neste ponto serão mais felizes do que nós, que nada encontramos do falar de 1822.

(NASCENTES, 1953, p. 24)

2.1 OS ESTUDOS DIALETOLÓGICOS

Antes de discorrer acerca da Dialetoлогия é importante mencionar alguns conceitos fundamentais, como a compreensão de *língua, fala, dialeto e linguagem*.

Compreende-se ser a *língua* não apenas um instrumento social de comunicação a serviço de uma coletividade, mas também instrumento de interação no qual o sujeito é um ser psicossocial de caráter ativo, empenhado em uma atividade sociocomunicativa. A língua compreende um conjunto de variedades que se constituem em objeto de investigação para algumas disciplinas, dentre elas a Dialetoлогия e a Sociolinguística. De um lado, tem-se a Dialetoлогия que analisa, prioritariamente, a relação existente entre a língua e o espaço geográfico e, de outro, a Sociolinguística que estuda a relação entre a língua e a sociedade.

Sabe-se, ainda, que é por meio da *língua* que o ser humano expressa seu pensamento, as ideias de sua geração, bem como da comunidade a que pertence. A todo instante, a língua é utilizada de acordo com a tradição que lhe foi transmitida, ou seja, de geração a geração e, desse modo, contribui tanto para a inovação quanto para a conservação da linguagem. Na verdade, compreende-se que cada falante é, a um só tempo, usuário e agente modificador de sua língua, imprimindo, nela, marcas geradas pelas novas situações com as quais se depara.

A língua entendida como um *sistema* é uma abstração, uma vez que, como substância, concretizada nos atos de fala, já aparece diversificada. Como sabemos, não há uma língua uniforme. Uma língua é um sistema de sinais acústico-orais, que funciona na intercomunicação de uma coletividade. É, portanto, o resultado de um processo histórico, evolutivo.

Bakhtin (1988) considera a “língua como uma atividade social, em que o importante não é o enunciado, o produto, mas sim a enunciação, o processo verbal. [...] A língua é (tal como para Saussure) um fato social, cuja existência se funda nas necessidades da comunicação. [...]” (p.151-152).

Saussure (1916, p. 38) estabelece a distinção entre *língua (langue)* e fala (*parole*). Para o autor:

A língua existe *na* e *para* a coletividade. É um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social, a fim de permitir o exercício desta faculdade entre os indivíduos. A língua é, portanto, uma instituição social e específica.

De acordo com o dialetólogo espanhol Garcia de Diego (1923 apud FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 17), “a língua é não só um complexo mosaico de dialetos regionais, mas também uma superposição de dialetos sociais”.

O eminente dialetólogo Alvar (1961, p. 51) conceitua *língua* como

o sistema lingüístico de que se utiliza uma comunidade falante e que se caracteriza por ser grandemente diferenciado, por possuir alto grau de nivelção, por ser veículo de importante tradição literária e, às vezes, por ter-se imposto a sistemas lingüísticos de sua própria origem.

Por sua vez, Câmara Jr. (1975, p. 268) ressalta que

a língua é uma parte da cultura, mas uma parte que se destaca do todo e com ele se conjuga dicotomicamente [...], é o resultado dessa cultura, ou, em sùmula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir.

A *língua* é mais do que um código e está em contínua mudança. Como afirmam Ilari e Geraldini (1985, p. 32):

a língua não é um sistema fechado, pronto, acabado, de que podemos nos apropriar. No próprio ato de falarmos, de nos comunicarmos uns com os outros, pela forma como o fazemos, estamos participando, queiramos ou não, do processo de constituição da língua.

Para Dubois et al. (1993, p. 383), “a língua é um sistema de signos, cujo funcionamento repousa sobre um certo número de regras e coerções. É, portanto, um código que permite estabelecer uma comunicação entre o receptor e o emissor”.

Quanto à *fala*, Saussure a diferencia da língua, concebendo-a como individual e distinguindo-a do que é social. A fala é, então:

um ato individual de vontade e de inteligência”. [...] É o lado executivo [da linguagem] fica, pois, fora de causa, porque a execução não é jamais o fato da massa; ela é individual e o indivíduo é sempre senhor; nós a chamaremos de fala. (SAUSSURE, 2010, p. 38)

Depreende-se, assim, que a *língua* engloba a cultura, comunica-a e transmite-a. Daí, infere-se que, para o real conhecimento de uma comunidade linguística, não basta pesquisar a história, os costumes ou o ambiente em que vive determinada comunidade. É necessário, também, observar a forma particular de o grupo manifestar a linguagem e, assim, representar, por meio dela, a realidade que o circunda.

Alvar (1961, p. 53) estabelece distinção entre o falar regional e o falar local. O primeiro caracteriza-se por ser a peculiaridade expressiva própria de uma região determinada, com traços de coerência própria de um dialeto. São, portanto, peculiaridades regionais da língua comum. O segundo possui estruturas linguísticas de traços pouco diferenciados, com matizes peculiares da estrutura regional, cujo uso está limitado a pequenas circunscrições geográficas, normalmente de caráter administrativo.

De acordo com Dubois et al. (1993, p. 261) a *fala* é

uma função não instintiva, mas adquirida, uma função da cultura. Se o indivíduo fala, comunica sua experiência, suas idéias, suas emoções, ele deve esta faculdade ao fato de ter nascido no seio de uma sociedade.

O *dialeto* é considerado, numa visão simplista e reduzida, como uma forma inferior à forma padrão, uma espécie de desvio, associado às classes de menor prestígio. Uma outra concepção de dialeto, muito difundida, refere-se às formas de línguas faladas em partes mais isoladas do mundo, que não dispõem da modalidade escrita. A esse respeito, Chambers e Trudgill (1994, p. 19)¹ apresentam três conceitos de *dialeto*, com base na linguagem cotidiana:

¹ “Una forma de lengua subestándar, de nivel bajo y a menudo rústica, que generalmente se asocia con el campesinado, la clase trabajadora y otros grupos considerados carentes de prestigio. Dialecto es también un término aplicado a menudo a las lenguas que no tienen tradición escrita, en especial a

[...] Uma forma inferior de linguagem, de nível baixo e, às vezes, rústica, que geralmente associada com o camponês, a classe trabalhadora e outros grupos considerados carentes de prestígio. Um dialeto é também um termo aplicado muitas vezes às línguas que não têm tradição escrita, em especial àquelas faladas nos lugares mais isolados do mundo. E, finalmente, também se compreende como dialetos algumas classes (às vezes, erroneamente) de desvios da norma, aberrações da forma padrão ou correta de uma língua. (tradução nossa)

Contudo, para a linguística a concepção de *dialeto* é bem diferente, como podemos verificar a seguir.

Alvar (1961, p. 51) afirma que o *dialeto* pressupõe “um sistema divergente de uma língua comum, viva ou desaparecida, normalmente com uma concreta limitação geográfica, mas sem forte diferenciação frente a outras de origem comum”.

Para Coseriu (1982, p. 11-12) a diferença existente entre *dialeto* e língua ocorre por questões de *status* histórico, diz o autor:

Um dialeto, sem deixar de ser intrinsecamente uma língua, se considera subordinado a outra língua, de ordem superior. Ou, dizendo de outra maneira: o termo dialeto, enquanto oposto a língua, designa uma língua menor incluída em uma língua maior, que é justamente, uma língua histórica (ou idioma). Uma língua histórica – salvo casos especiais – não é um modo de falar único, mas uma família histórica de modos de falar afins e interdependentes, e os dialetos são membros desta família ou constituem famílias menores dentro da família maior.

Dubois et al. (1993, p. 184) apresenta uma visão semelhante à de Coseriu visto que considera o dialeto como

uma forma de língua que tem o seu próprio sistema léxico, sintático e fonético, e que é usada num ambiente mais restrito que a própria língua. É um sistema de signos e de regras combinatórias da mesma origem que outro sistema considerado como a língua, mas que se desenvolveu, apesar de não ter adquirido o *status* cultural e social dessa língua, independente daquela.

aquéllas habladas en los lugares más aislados del mundo. Y por último también se entienden como dialectos algunas clases (a menudo errôneas) de desviaciones de la norma, aberraciones de la forma estándar o correcta de una lengua”.

Retomando o que Chambers e Trudgill (1994, p. 19)² afirmaram, anteriormente, observa-se que tais autores não compartilham dos três pontos de vista apresentados ao concluírem:

[...] não adotaremos nenhum desses três pontos de vista. Partiremos, pelo contrário, da ideia de que todos os falantes o são de ao menos um dialeto - de que o inglês padrão é, por exemplo, um dialeto tão claro como qualquer outra forma de inglês - e de que não tem nenhum sentido supor que um dialeto qualquer é linguisticamente superior a outro (tradução nossa).

Ferreira e Cardoso (1994, p. 12) compartilham dessa definição e conceituam *dialeto* como um “subsistema inserido” em um “sistema abstrato que é a própria língua”. Chegam a essa conclusão após observarem que os falantes apresentam características linguísticas distintas, mesmo que compartilhem de uma mesma língua e pertençam a uma mesma região, tendo vista a diversidade de estratos sociais e as circunstâncias da comunicação.

Em relação à *linguagem*, Hjelmslev (1991, p. 105) assegura que esta “não é um simples acompanhamento do pensamento, mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento, é o tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de geração a geração”.

Dubois et al. (1993, p. 387) conceituam *linguagem* como

a capacidade específica à espécie humana de comunicar por meio de um sistema de signos vocais (ou língua), que coloca em jogo uma técnica corporal complexa e supõe a existência de uma função simbólica e de centro nervosos geneticamente especializados. Esse sistema de signos vocais utilizado por um grupo social (ou comunidade linguística) determinado constitui uma língua particular.

Compreende-se, feitas as considerações iniciais, ser por meio da linguagem que uma sociedade se comunica e retrata o conhecimento e entendimento de si própria e do mundo que o cerca. É através da linguagem que se vê refletida a identificação e a diferenciação de cada comunidade e também a inserção do

² [...] no adoptaremos ninguno de estos três puntos de vista. Partiremos, por el contrario, de la idea de que todos los hablantes lo son al menos de un dialecto - de que el inglés estándar es, por ejemplo, un dialecto tan claro como cualquier otra forma del inglés - y de que no tiene ningún sentido suponer que un dialecto cualquiera es lingüísticamente superior a otro.

indivíduo em diferentes agrupamentos ou estratos sociais, diferenças de faixas etárias, gêneros ou graus de escolaridade.

Desse modo, compreende-se que toda língua é um conjunto de variedades e essas variedades constituem-se em objeto de investigação de várias disciplinas, entre as quais a Dialetologia, a qual norteia este estudo.

2.1.1 O surgimento da Dialetologia e sua interface com a Sociolinguística

O estudo sistemático sobre os dialetos data do século XIX, momento a partir do qual a Dialetologia passa a ser vista como um dos ramos dos estudos da ciência da linguagem. O interesse pelo estudo dos dialetos surgiu da vontade dos próprios linguistas em registrar e descrever essas diferentes variedades linguísticas regionais e das manifestações da cultura local ou regional.

Os estudos dialetais resultaram, sobretudo, da preocupação dos dialetólogos com o resgate de dados e a documentação dos diferentes estágios da língua. De início as pesquisas norteavam-se, principalmente, por uma perspectiva diatópica, ocupando-se de dada área geográfica, de um tipo geracional preferencial e de um estrato social único.

Com o surgimento da Sociolinguística, no início da década de 1960, novos redimensionamentos foram dados aos estudos dialetais, uma vez que se consolidou, de modo sistemático, a relação entre o estudo da linguagem e/ou dos dialetos aos outros fatores sociais, tais como: os diagenéricos (gênero), diageracionais (faixa etária), diafásicos (natureza do discurso) e diastráticos (nível social), além da possibilidade de se pesquisar com informantes não apenas das áreas rurais, mas das áreas urbanas e com diversos níveis de escolaridade, e não somente com informantes analfabetos, como outrora se fizeram no início dessas pesquisas no nosso país, sobretudo na área rural.

Dessa interface, cabe rever alguns conceitos de Dialetologia e Sociolinguística para alguns teóricos.

Borba (1976, p. 31) compreende ser a Dialetologia uma ciência que representa “o estudo dos sistemas linguísticos em suas variações geográficas ou sociais”.

Lope-Blanch (1978, p. 42), por outro lado, afirma que “se a Dialectologia tem como finalidade geral o estudo das falas, deverá tratar tanto das suas variedades regionais como das sociais, tanto do eixo horizontal como do vertical”. Além disso, o autor ainda ressalta que o fato de a Dialectologia “haver dedicado o melhor de seu esforço ao estudo das falas regionais, especialmente rurais, isso não pode ser interpretado como um fato definidor, mas uma circunstância transitória”.

Coseriu (1982, p. 12), por sua vez, afirma que

A Dialectologia tem como centro de interesse estudar as unidades sintópicas e sobretudo a diversidade diatópica, enquanto caberia à sociolingüística o estudo das unidades sinstráticas e a diversidade diastrática, ficando com a estilística as unidades sinfásicas e a diversidade diafásica.

Silva-Corvalán (1988, p. 8)³ assegura que

A dialetologia é uma disciplina com larga tradição, com uma metodologia bem estabelecida e uma literatura rica e valiosa. É indiscutível que a dialetologia trouxe importante contribuição à linguística geral e à sociolingüística. (Tradução nossa).

Câmara Jr. (1991, p. 94-95) define a Dialectologia como “o estudo do arrolamento, sistematização e interpretação dos traços linguísticos dos dialetos”. E apresenta duas técnicas para o desenvolvimento da Dialectologia: a da **geografia linguística**, que busca a distribuição geográfica de cada traço linguístico dialetal, consolidado nos atlas linguísticos, e a da **descrição dos falares** por meio de monografias dedicadas a uma dada região compondo gramáticas e glossários regionais.

Muitas vezes, observa-se, ainda, que o termo Dialectologia é usado como sinônimo de Geografia Linguística. Porém, segundo Dubois et al. (1993, p.185), o termo designa

a disciplina que assumiu a tarefa de descrever comparativamente os diferentes sistemas ou dialetos em que uma língua se diversifica no espaço, e de estabelecer-lhe os limites. Emprega-se também para a descrição de

³ La dialectología es un tema con una larga tradición, con una metodología bien establecida y una literatura rica y valiosa. Es indiscutible que la dialectología interpuso importante contribución a la linguística general y la sociolingüística.

falas tomadas isoladamente, sem referência às falas vizinhas ou da mesma família.

Dubois et al (1993) enfocam dois aspectos na Dialetologia: o primeiro, diz respeito à descrição dos diferentes sistemas ou dialetos em que se diversifica uma língua; e o segundo ao estabelecimento dos limites de um espaço geográfico de uma fala que pode ser tomada isoladamente sem se preocupar com os falares vizinhos ou com os que pertençam à mesma família linguística.

Chambers e Trudgill (1994, p. 19)⁴ afirmam que “a Dialectologia, como é óbvio, é o estudo do dialeto e dos dialetos”.

Na mesma trilha desse ponto de vista do autor, Ferreira e Cardoso (1994, p. 17) depreendem que “à dialetologia interessa não apenas a variedade rural, mas também a urbana, podendo-se então falar em uma **dialetologia rural** e uma **dialetologia urbana**”.

É certo que a Dialetologia já interpretava os fatos linguísticos segundo as diferenças sociais, profissionais, o nível de escolaridade, a faixa etária, o gênero, entre outros muito antes de a Sociolinguística ter se fixado como uma disciplina.

Lope-Blanch (1978, p. 53-54)⁵ reforça esta ideia ao falar sobre o papel da Sociolinguística nos estudos dialetais, ao dizer:

A dialetologia pode, evidentemente, beneficiar-se muito com as contribuições da sociolinguística, como, aliás, já se vem beneficiando. O progresso metodológico que a sociolinguística tem estabelecido com sua rigorosa e cuidadosa consideração de fatores sociológicos anteriormente apenas superficialmente atendidos pela dialetologia, é a contribuição de primeira magnitude, que a atividade dialectológica terá agora muito em consideração.

A Dialetologia, portanto, já utilizava recursos ou técnicas que posteriormente foram vistos para a Sociolinguística, como bem diz Silva-Corvalán (1988, p. 8):

⁴ La Dialectologia, como es obvio, es el estudio del dialecto y de los dialectos.

⁵ “La dialectología puede, evidentemente, beneficiarse mucho con las aportaciones de la sociolinguística, como de hecho ya se há estado beneficiando. El progreso metodológico que ha establecido la sociolinguística con su rigurosa y detenida consideración de factores sociológicos antes sólo superficialmente atendidos por la dialectología, es aportación de primera magnitud, que la actividad dialectológica habrá de tener ahora muy en consideración”.

Sociolinguística e Dialetoлогия se tem considerado até certo ponto sinônimas uma vez que ambas as disciplinas estudam a língua falada, o uso lingüístico e estabelecem as relações que existem entre certos traços lingüísticos e certos grupos de indivíduos. Assim como a sociolinguística, a dialetoлогия reconheceu desde cedo a existência da heterogeneidade lingüística.

Cardoso (2006, p. 100) ressalta que a Dialetoлогия “busca estabelecer relações entre modalidades de uso de uma língua ou de várias línguas, seja pela identificação dos mesmos fatos, seja pelo confronto presença/ausência de fenômenos considerados em diversas áreas”.

A autora chama a atenção para o fato de a Dialetoлогия ter sido concebida como

o estudo da variação lingüística numa perspectiva prioritariamente diatópica, com enfoques de natureza sociolinguística na seleção e constituição de dados, seja na formulação de análises e na apresentação de resultados [...]. (*idem*, p. 97).

E afirma, ainda que, atualmente, se tem dado destaque à relação da Dialetoлогия com as questões do ensino, uma vez que

[...] afigura-se como instrumento auxiliar no processo ensino-aprendizagem de uma língua, em particular da língua materna, pelos instrumentos que pode oferecer ao reconhecimento e identificação da realidade lingüística de um território e ao aperfeiçoamento do processo de ensino. (*idem*, p. 97)

Cardoso (2010, p. 15) define Dialetoлогия como

Um ramo dos estudos lingüísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica.

Compreende-se, portanto, que se no início a Dialetoлогия preocupava-se, sobretudo, com a questão diatópica, com o passar dos tempos, viu-se a necessidade de aliar os fatores geográficos com os fatores sociais. No entanto, não é notória a preocupação com as questões do ensino seja por ausência de uma política educacional específica que oportunize aos professores a realização de cursos de pós-graduação a fim de redimensionar o ensinar e o apreender em sala

de aula ou mesmo ações que possam valorizar os dialetos existentes visando à compreensão dos “preconceitos linguísticos”, ainda, existentes.

É oportuno ressaltar que tanto a Dialetologia quanto a Sociolinguística contribuem, cada uma a seu modo, com os estudos dos falares regionais seja com o referencial teórico específico ou com o método de estudo utilizado para cada finalidade.

A Sociolinguística estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando à atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Faz-se presente num espaço interdisciplinar, ou seja, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo.

Cabe a essa disciplina investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático. Assim, compreende-se que a variação e a mudança são contextualizadas, constituindo o conjunto de parâmetros um complexo estruturado de origens e níveis diversos. Desse modo, os condicionamentos que concorrem para o emprego de formas variantes são em grande número, agem simultaneamente e emergem de dentro ou de fora dos sistemas linguísticos. E, como é sabido, “todo sistema linguístico encontra-se permanentemente sujeito à pressão de duas forças que atuam no sentido de variedade e unidade” (MOLLICA, 2007, p. 12). Por isso, a variação linguística pode ocorrer nos dois eixos: diatópico e diastrático. No primeiro, as alternâncias se expressam regionalmente, haja vista que se consideram os limites físico-geográficos; no segundo, elas se manifestam de acordo com os diferentes estratos sociais e levam-se em consideração as fronteiras sociais.

Ainda de acordo com Mollica (2007, p. 12), “a tradição dialetológica discretizou consideravelmente os padrões sociolinguísticos, distinguindo de forma rígida variedades como *padrão culto*, *padrão popular* e *falar regional*”. Para a autora, além dos traços descontínuos, identificados nos pólos rural e urbano, devem ser levados em conta recursos comunicativos próprios de discursos monitorados e não monitorados, uma vez que o grau de isolamento geográfico e social concorre para a gama de traços que definem uma estratificação descontínua, assim como as

relações sociais, as características das redes sociais e o grau de relação do falante ao meio.

Os sociolinguístas têm se interessado por temas como a estigmatização linguística e mobilidade social, assim como para a análise das relações acerca do preconceito linguístico, pois ainda se observa, sobretudo nos sistemas de ensino, o predomínio de práticas pedagógicas assentadas em diretrizes maniqueístas do tipo *certo/errado*, pois tomam como referência o padrão dito *culto*. Quando, na realidade, tanto a escola, quanto a sociedade deveriam compreender que as línguas, em geral, apresentam uma diversidade que se distribui em um *continuum*, do qual o falante adquire primeiro as variantes informais e, num processo sistemático e paulatino, pode vir a apropriar-se de estilos e gêneros mais formais, aproximando-se das variedades cultas e da tradição literária.

Nesse sentido, percebe-se que toda língua, portanto, apresenta variantes mais prestigiadas do que outras. Desse modo, os estudos sociolinguísticos – aliados aos estudos dialetológicos – contribuem com os estudos da linguagem no sentido de destruir preconceitos linguísticos e de relativizar a noção do erro, pois busca através de suas pesquisas de campo, descrever o padrão real que a escola, por exemplo, procura desqualificar e mesmo banir como expressão linguística natural e legítima do falante.

Tanto a Dialectologia quanto a Sociolinguística têm como objeto de estudo a língua, porém diferenciam-se em relação ao método de análise adotado em suas pesquisas. A primeira utiliza-se do método da Geografia Linguística, de base eminentemente cartográfica, através da qual se elaboram mapas dialetais, também chamados de cartas linguísticas que dependendo do objetivo do trabalho podem ser de caráter lexical, como no caso deste estudo, fonético, morfológico, sintático, entre outros. A segunda, utiliza-se, especificamente, para a análise da variação e da mudança, do modelo teórico-metodológico da Teoria da Variação – de base quantitativa – cujo precursor é o linguista William Labov. Embora utilize, também, em suas pesquisas, o método qualitativo.

Segundo Cardoso (2010, p. 26), apesar de “consideradas até certo ponto sinônimas”, a dialetologia tem como base de sua descrição a localização espacial,

configurando-se como eminentemente diatópica. A sociolinguística, por sua vez, centra-se na correlação entre os fatos linguísticos e os fatores sociais.

Afinal, sempre houve uma preocupação na história dos estudos dialetais tanto com os fatos linguísticos nos espaços geopolíticos, quanto com as características sociais dos informantes e a relação destes com o uso que fazem da língua. Fatores sociais como idade, gênero, escolaridade, profissão, entre outros, vêm ocupando lugar de destaque nos estudos dialetais, especificamente naqueles que se desenvolvem sob a metodologia da geolinguística.

Como se constata, o estudo dos dialetos, no âmbito geográfico, iniciou-se no século XIX, com investigações *in loco*, desenvolveu-se e continua crescendo até os dias de hoje, considerando não só os fatores de espaço geográfico, mas os fatores sociais, o que abriu uma nova vertente da Dialectologia e de seu método de pesquisa, a Geografia Linguística. Trata-se da visão pluridimensional da pesquisa dialetal, presente, sobretudo, nos Atlas Linguísticos elaborados e publicados recentemente (ver item 2.5.2).

Enfim, é possível afirmar que a Dialectologia e a Sociolinguística reconheceram, desde o início, a heterogeneidade linguística. Ambas buscam retratar a realidade linguística de um dado momento da história da língua e têm caminhado lado a lado, pois o que importa é descrever a língua e resgatar o fato linguístico do ponto de vista histórico-social.

2.1.2 A Pluridimensionalidade nos estudos dialetológicos e geolinguísticos

A Dialectologia gerou um construto epistemológico evidenciando que essa área da investigação deixou de configurar-se somente com a variação espacial e alçou esferas mais amplas em termos de seu objeto de estudo, uma vez que incorporou em suas pesquisas outras dimensões da variação linguística, com contribuições das ciências sociais.

Desse modo, a Dialectologia moderna tem se beneficiado das contribuições teóricas da Sociolinguística, no que diz respeito ao estudo das línguas, especialmente no que se refere aos aspectos extralinguísticos. É indiscutível que não se pode mais estudar o homem e sua linguagem sem considerar os fatores de

natureza social, como a escolaridade, faixa etária, profissão e gênero (sexo). Assim, é essa perspectiva de estudo que fundamenta a Dialectologia Pluridimensional (THUN, 1989, p. 10).

As pesquisas dialetais desenvolvidas atualmente, na seleção de informantes, por exemplo, assimilam os pressupostos que norteiam a Dialectologia moderna, nos eixos vertical e horizontal, por ser essa linha teórica a que considera não apenas a variação diatópica (horizontal), mas também a variação social (vertical). Exemplo claro dessa nova forma de pesquisar tem-se com o *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay – ADDU*, que contempla nas suas cartas informações diatópicas, diastráticas, diageracionais e diafásicas. Acreditam, ainda, que o atlas linguístico tem a obrigação e que é capaz de dar uma mensagem da multidimensionalidade e das inter-relações dos fenômenos variacionais (THUN; FORTE; ELIZAINCÍN, 1989, p. 28).

Desse modo, a Dialectologia atual oferece uma visão pluridimensional da linguagem convivendo pacificamente com a Dialectologia monodimensional.

Para Cardoso (2006, p. 97):

A dialectologia atual, ao delimitar espaços, do ponto de vista lingüístico e, caracterizados e definidos, vem buscando estabelecer relações entre as variáveis diatópicas e as variáveis sociais, sejam elas diageracionais, diagenéricas, diastráticas ou diafásicas, com vistas a entender o processo de variação, tomado na sua plenitude, o que conduz a uma melhor compreensão da realidade e à busca de caminhos de maior embasamento para o aprendizado sistemático da língua.

Ainda de acordo com Cardoso (2006, p. 223) e considerando-se o tratamento das variáveis linguísticas e sociais desde o início da história dos estudos dialetais, “não há nenhuma novidade”, uma vez que os fatos considerados (refere-se aos fatores extralingüísticos) foram percebidos desde os primórdios e os primeiros dialectólogos tiveram sensibilidade para tais aspectos. A única novidade é o fato de o enfoque dado às variáveis (gênero, sexo, escolaridade) apresentarem uma “roupagem nova, diferenciada e revestida de atualidade”.

A autora cita duas verdades: a “primeira verdade” é inconteste: *não é descoberta da modernidade o reconhecimento das implicações sociais na língua falada por cada usuário*; a “segunda verdade”, também, *não comporta restrições*

nem carece de validade. Salaria que o controle sistemático de variáveis sociais e de suas implicações no comportamento linguístico dos usuários de toda e qualquer língua tem sido feito com rigor na atualidade, sobretudo depois que Labov (1983, 1994) estabelece princípios que regem essas relações, encontra os veios do comprometimento recíproco — língua e sociedade — e submete à precisão do tratamento numérico os processos responsáveis por tais relações. Assim, a Dialectologia e especificamente os estudos geolinguísticos deixam de apresentar-se numa visão **dominantemente diatópica** e passam a exibir, também cartograficamente, dados de **natureza social**. Isso vem mostrar, ainda, que a uniformidade diatópica pode sofrer desdobramentos sem, contudo, perder a sua inteireza e a sua integridade. E aí estaria “o novo”:

à diversidade de espaços físicos e geopolíticos junta-se a consideração dos parâmetros diagenérico, diageracional, diastrático, diafásico, diarreferencial ou nas especificações da diatopia, diatópico-topoestático, diatópico-topodinâmico, e de outros mais a que se pode e possa chegar. (CARDOSO 2006, p. 223)

Cardoso (2010, p. 62) continua o pensamento e salienta que a justificativa para essa definição de prioridades tem base em três pontos de vista: 1. linguístico; 2. sócio-histórico e 3. político.

Do ponto de vista linguístico, o esquadramento da estrutura das línguas naturais levou ao conhecimento detalhado dos elementos que as constituem, das estruturas segundo as quais se organizam, das relações históricas que entre grupos se estabelecem, dos processos que marcam o seu funcionamento.

Do ponto de vista sócio-histórico e político, verifica-se que o mundo vem passando por profundas e sucessivas transformações que lhe oferecem nova configuração e novo perfil. Caso se pense na realidade atual e se procure relacioná-la ao passado, verifica-se um conjunto de mudanças e transformações que ocorrem em todas as regiões, ainda que mais intensamente ou mais brandamente conforme a área e as injunções históricas e políticas que sobre elas atuam.

Cardoso (2002, p. 12) salienta que sobre a realidade brasileira

verifica-se que as transformações sofridas pelo Brasil, por exemplo, em um século permitem considerações que, necessariamente, conduzem ao

reconhecimento de implicações que delas decorrem para o português brasileiro. O Brasil era, no começo do século XX, um país eminentemente rural, com uma população pouco adensada, mas situada, na sua grande maioria (dois terços) —, na área rural. A inversão dos percentuais numéricos, na atualidade, mostra que uma nova configuração demográfica se constata e aponta para fatores os mais diversos para explicá-la. Além disso, os meios de comunicação — rádio, televisão, telefone — tinham um perfil muito tímido, cujos dados não vêm sequer registrados nas estatísticas da primeira metade do século XX. A extensão da rede de estradas de ferro em tráfego e as rodovias tinham um traçado reduzido, refletido com mais intensidade ainda na navegação marítima e fluvial e nas empresas aéreas civis. O grau de mobilidade do cidadão, *ipso facto*, era muito pequeno, e o isolamento, maior ou menor, se constituía numa tônica da vida do país. Esse perfil do Brasil mudou, os centros urbanos superpovoaram-se; as estradas, de toda natureza, cruzam o território nacional nas mais variadas direções; a inter-relação entre os diferentes estratos socioculturais se fez mais efetiva; os meios de comunicação alargam-se e alastram-se por todo o território nacional.

Por outro lado, a mobilidade de alguns indivíduos em contraposição ao caráter sedentário de outros aponta para uma nova gama de características linguísticas que podem incidir sobre o falante, agora, visto como um ser geograficamente situado e socialmente comprometido em múltiplas direções. Os instrumentos de recolha de dados, por sua vez, vão se tornando capazes de captar a variação nas suas diferentes manifestações. Os questionários se diversificam; a natureza do interrogatório, da inquirição, atinge alto grau de especificidade; as formas de registro de dados captam não apenas a emissão, mas também as condições de que se reveste o ato de fala naquele momento, permitindo amplas considerações de ordem pragmática.

A moderna cartografia tende, pois, a descobrir caminhos que permitam não só apresentar os dados coletados, mas a interpretá-los. Na perspectiva de confronto e correlação de informações, as cartas pluridimensionais permitem o cruzamento de variáveis e exibem resultados que mostram o comportamento de cada uma delas. Significa dizer que se pode associar à distribuição diatópica a presença maior ou menor de ocorrência do fenômeno segundo o uso documentado, seja por classes socialmente distintas, seja por falantes de gênero e de idade diferenciados, seja por tipo de texto. Por outro lado, surgem cartas interpretativas⁶ e cartas motivacionais, estas últimas apontadas por Alinei (1994, p. 24) como “a inovação mais importante

⁶ De acordo com Cardoso (2010, p. 197), o Atlas interpretativo é a denominação também aplicada aos atlas linguísticos de segunda geração.

trazida pelo ALE [que] introduziu, pela primeira vez de modo teoricamente explícito, na geografia linguística”, conforme ilustração da carta 1.8 – *Arc-en-ciel*:

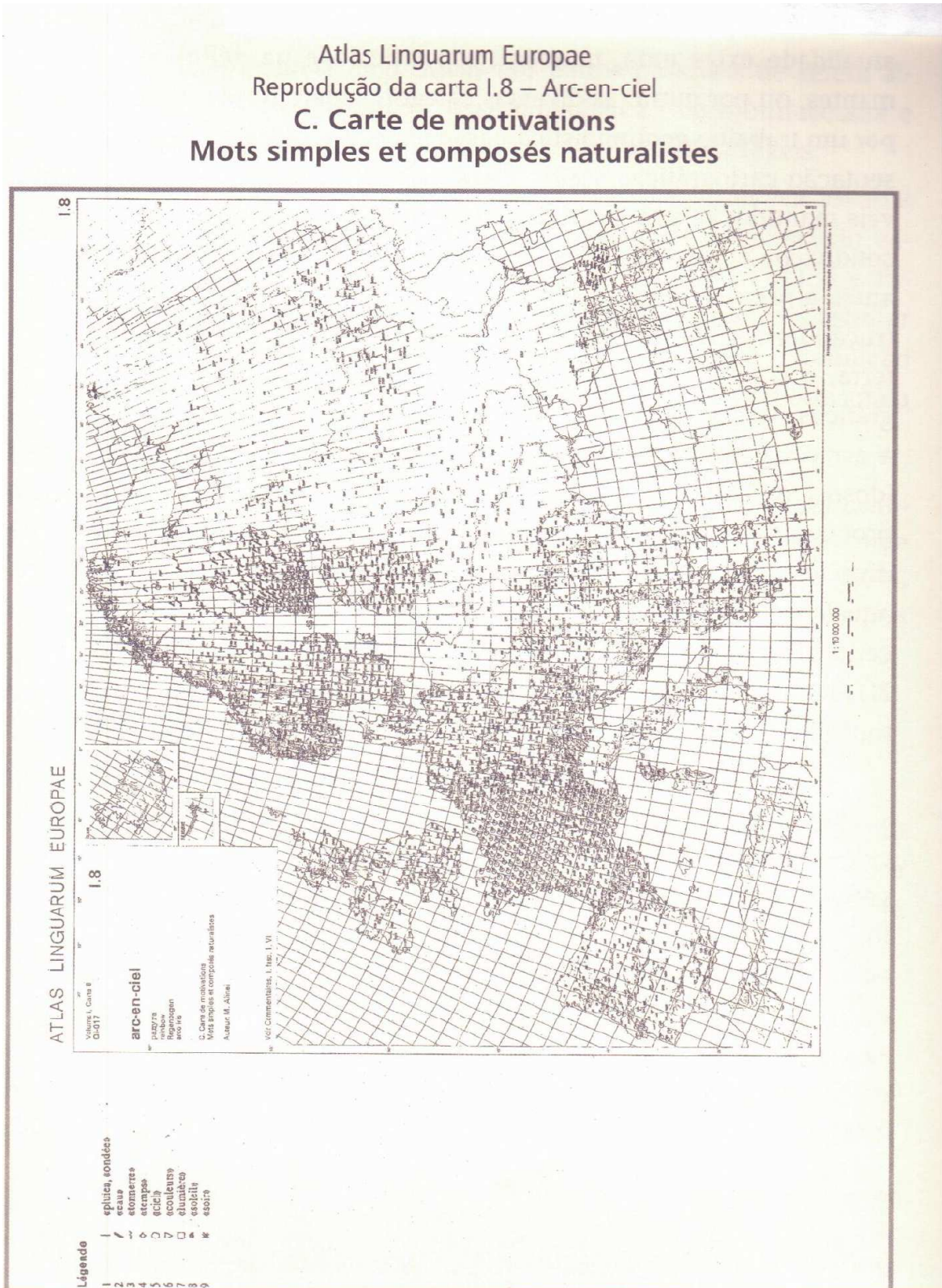


Figura 1 - Carta 1.8. Arc-en-ciel, ALE, 1998.
 Fonte: CARDOSO, 2010, p. 65.

É preciso enfatizar que a tipologia de cartas linguísticas com a qual nos defrontamos na atualidade, exige uma especificidade na definição de informantes, ou por outra, as diversas categorias de informantes registradas por um trabalho geolinguístico passam a exigir um outro processo de representação cartográfica. Assim, escolaridade, gênero, faixa etária, variáveis mantidas sob controle na seleção e documentação de informantes, conduzem a uma necessária representação nas cartas linguísticas. Antes, a prioridade estava para informantes da zona rural, de pouca ou nenhuma instrução formal, geralmente mais velhos e sedentários. Atualmente, os informantes são da zona urbana, com graus de escolaridade distintos, de diversas faixas etárias e também aquele que se desloca, que transfere a sua residência e que apresenta certa mobilidade.

Com essa nova visão relativa à natureza dos dados a serem coletados surge uma nova concepção dos instrumentos de pesquisa de campo e de publicação de resultados, como os questionários linguísticos que se apresentam diversificados e recobrando diferentes níveis de abordagem da língua: fonético-fonológico, inclusive prosódico, morfossintático, semântico-lexical, pragmático-discursivo. A coleta de dados passa a ser feita segundo padrões técnicos mais eficientes, permitindo a publicação de resultados sob diferenciada forma — desde as tradicionais cartas linguísticas aos dados passíveis de serem alcançados por meios eletrônicos, como as cartas sonoras.

Desse modo, pode-se afirmar que a Geolinguística está ampla e rica em termos de inovações da disciplina dialetal e em muito tem contribuído aos estudos linguísticos da atualidade.

Nessa linha, também caminharam em busca de um novo dimensionamento, o *Atlas Lingüístico do Estado do Ceará* e o *Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul* (ver item 2.5.2).

Além desses dois atlas mencionados tem-se o projeto *Atlas Linguístico do Brasil - ALiB* (ver item 2.4.2.3) que, do ponto de vista da apresentação de dados linguísticos, pretende inserir-se entre os atlas mais modernos, fornecendo, além das cartas linguísticas propriamente ditas, estudos interpretativos sobre alguns dos aspectos cartografados como os chamados **atlas linguísticos de segunda geração**

(CARDOSO, 2010, p. 197).⁷ E, numa tendência contemporânea, acrescentar aos dados cartografados, informações de natureza acústica que permitam o acesso direto à voz do próprio informante, em sincronização com a indicação do ponto onde ele se situa, ou exibição, via Internet, de cartas e localização de pontos de inquérito e respectivas ocorrências registradas, como nos denominados **atlas linguístico de terceira geração** (CARDOSO, 2010, p. 197)⁸.

Desse modo, é de se notar que as pesquisas geolinguísticas buscam, fundamentalmente, a documentação da variação linguística de uma língua na sua dimensão espacial e sua respectiva catalogação registrada através de mapas linguísticos, bem como têm uma preocupação com a documentação social.

De acordo com Cardoso (2010, p. 88)

Essa Geolinguística pluridimensional, que se consolida no final do século XX, vai ocupar-se do controle sistemático de variáveis sociais, mas terá que administrar, de modo competente, a pluralidade dos dados, sobretudo na cartografia dos resultados obtidos.

Assim, fatores sociais como idade, gênero, escolaridade, profissão são aspectos da variação a serem considerados nos estudos dialetais atuais, sobretudo aqueles que se desenvolvam sob a metodologia geolinguística. Sobre esse ponto de vista, Chambers e Trudgill (1994, p. 81-82) assinalam que:

Ao mesmo tempo em que a dialectologia começava a se deixar influenciar diretamente (ainda que levemente) pela linguística, também começava a se deixar influir indiretamente pelas ciências sociais. Alguns dialectólogos começaram a reconhecer que se havia posto muita ênfase na dimensão espacial da variação linguística, excluindo-se, em conseqüência, a dimensão social. Gradativamente isto se impôs como um juízo para alguns estudiosos, uma vez que a variação social na língua é tão comum e importante como a variação espacial. Todos os dialetos são tanto espaciais como sociais, uma vez que todos os falantes têm não só um espaço social como uma localização espacial.⁹ (tradução de CARDOSO, 2006, p. 101)

⁷ Atlas Linguístico de segunda geração: denominação para atlas linguísticos constituídos de mapas que podem conter informações diatópicas e/ou geossociolinguísticas, acompanhados ou não de notas, com apresentação de estudos interpretativos.

⁸ Atlas linguístico de terceira geração: são os denominados atlas sonoro (*atlas parlants*) que fornecem ao lado dos dados mapeados a possibilidade de audição das elocuições cartografadas referentes a cada informante registrado.

⁹ "Al mismo tiempo que la dialectología empezaba a dejarse influir directamente (aunque sólo ligeramente) por la linguística, también empezaba a dejarse influir indirectamente por las ciencias sociales. Algunos dialectólogos empezaron a reconocer que se había puesto mucho énfasis en la dimensión espacial de la variación linguística, excluyendo la dimensión social en cambio.

E, na visão da geolinguística pluridimensional contemporânea, integram-se ao parâmetro diatópico, o interesse por outros tipos de variação, além da diatópica, como a variação diagenérica, a diastrática, a diageracional, entre outras. O perfil dos informantes, por sua vez, mudou completamente e passou a contemplar os dois gêneros, diferentes estratos sociais e mais de uma faixa etária, dando vazão ao antigo informante **HARAS** (homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário) definido por Zágari (1998, p. 36) e/ou de **NORMs** (nonmobile, older, rural, males), de acordo com Chambers e Trudgill (1994, p. 33).

Como chama a atenção Thun (1998), ao se referir à geolinguística românica no fim do século XX, em relação aos atlas linguísticos publicados no Brasil, somente dois se configuram como bidimensionais, o *Atlas Lingüístico de Sergipe – ALS* e o *Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR*. Após essa época, os demais atlas buscam a pluridimensionalidade, como por exemplo, o *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará – ALISPA* e os projetos em andamento *Atlas Geo-lingüístico do Pará* e o *Atlas Lingüístico do Maranhão*. O *Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul – ALMS* se enquadra nesse perfil e foi, recentemente, publicado, conforme item 2.5.2.

Desse modo, pode-se afirmar que a nova fase da Geolinguística se faz notar, como observam Mota e Cardoso (2006, p. 23), seja: a) pela ampliação do campo de estudo que não se restringe mais aos dados fonético-fonológicos e léxico-semânticos, mas incorporaram os dados morfossintáticos, pragmáticos, discursivos, metalingüísticos, entre outros; ou b) pela própria apresentação dos dados, que nos atlas atuais são denominados de 2ª e 3ª gerações, pois são acompanhados de comentários linguísticos e de CDs que reproduzem a voz do informante e a resposta dada, como no caso do *ALISPA*. Ou, ainda, pela relação que desenvolveu com outras ciências de estudo, como a Etnolinguística, que, embora tenha se apresentado desde o começo do século XX com o método de “palavra e coisas”, a partir do *Atlas Ítalo-Suíço – AIS* (1928-1940), em alguns atlas recentes fazem referências no título do projeto como no caso do *Atlas Etnolingüístico da Região Sul do Brasil* e o *Atlas Etnolingüístico do Acre – ALAC*.

Gradualmente esto supuso un lastre para algunos estudiosos, ya que la variación social en la lengua es tan común e importante como la variación espacial. Todos los dialectos son tanto espaciales como sociales, puesto que todos los hablantes tienen un entorno social igual que una localización espacial”.

Cardoso (2001, p. 40) afirma que o caráter extensivo da Dialetologia parece evidente na medida em que sempre trará um retrato das áreas consideradas com um diagnóstico da realidade da língua.

De acordo com Cardoso (2001, p. 42), neste começo de milênio,

a geolinguística atual deverá continuar priorizando a variação diatópica, sua principal essência, porém, não deve também “descurar” do aspecto multidimensional de que se reveste o ato de fala e de cuja consideração, no mundo atual, não se pode eximir, seja através de um mapeamento confiável, da definição de áreas linguísticas ou do estabelecimento de variáveis histórico-sociais conjugadas à distribuição espacial.

Chambers e Trudgill (1994, p. 45)¹⁰, ao se referirem à história da geografia linguística, acrescentam que, em função dessa nova configuração da sociedade e devido os diversos “apelos” do mundo, “o futuro da geografia linguística depende da capacidade de seus seguidores para abarcar e incorporar os interesses e talvez a metodologia da dialetologia urbana”.

Desse modo, uma nova maneira de ver a geolinguística está se firmando e um novo modo de estudar os dialetos, a linguagem e, por que não dizer, de elaborar um atlas linguístico estão se desenhando no nosso país em consonância com a linha seguida em outros países, abrindo espaços tanto para o controle diatópico como o de outras variáveis extralinguísticas como idade, gênero, escolaridade, de modo a complementar e enriquecer a pesquisa linguística, social e histórica como um todo.

Alguns estudiosos merecem, aqui, ser lembrados, a fim de nortear a Dialetologia no tempo e no espaço.

2.1.3 Do precursor e fundador da Dialetologia

O entusiasmado interesse por dialetos e línguas vivas locais nasceu nos fins do século XIX. Teve como precursor e fundador da Dialetologia o linguista e dialetólogo italiano Graziadio Isaia Ascoli (1829-1907)¹¹ que recebeu fortes

¹⁰ “El futuro de la geografía lingüística depende de la capacidad de sus seguidores para abarcar e incorporar los intereses y quizás la metodología de la dialectología urbana”.

¹¹ Graziadio Isaia Ascoli (Gorizia, 16 de Julho de 1829 - Milão, 21 de Janeiro de 1907) foi um linguista italiano, autodidata que se dedicou desde jovem a estudos de linguística oriental.

influências de linguistas alemães, como Franz Bopp e Friedrich Diez. Foi ele quem enfatizou a importância dos estudos dialetais e estabeleceu um método de análise completo e acurado dos dialetos italianos existentes.

Ascoli fundou uma importante revista sobre a dialetologia do italiano *Archivio Glottologico Italiano* (1872), com o objetivo de divulgar seus trabalhos e os de seus discípulos, o que representou um momento importante na história da linguística italiana. No primeiro volume (1873), publica um trabalho sobre os dialetos reto-românicos. Esse texto, modelo de erudição e de vasto alcance, é uma de suas principais contribuições para os estudos dialetológicos. No oitavo volume (1883-1885), publica um artigo, *L'Italia dialettale*, no qual são estabelecidos os princípios e métodos da dialetologia italiana.

Dessa forma, a revista fundada por Ascoli caracterizou-se por expor trabalhos de Dialetologia com descrições dos dialetos modernos, problemas fonéticos, edições de textos antigos, enfatizando a importância de tais trabalhos e estabelecendo um estudo mais completo e aperfeiçoado dos dialetos italianos existentes.

Como Ascoli criou a Dialetologia italiana, tornando-a uma ciência verdadeira e respeitada pelos demais linguistas, também é considerado o fundador da Dialetologia românica. Considerou o dialeto toscano como o mais puro, vindo direto do latim e o que menos recebeu influências dos povos bárbaros. Dedicou-se também ao grupo dialetal franco-provençal, que, junto com o rético-ladino, foi incluído entre as línguas românicas.

Ao linguista italiano atribui-se, também, a teoria do substrato que, segundo Dubois et al. (1993, p. 573), “[...] designa toda língua falada que, numa região determinada, por várias razões, foi substituída por outra língua, cumprindo tomar em consideração a influência que a língua anterior pôde ter sobre a língua que a sucedeu”. Essa teoria causou profunda impressão e ofereceu estímulo a muitas pesquisas, influenciando alguns linguistas a criticá-la, na tentativa, sem dúvida, de reformulá-la. E, até hoje, permanece como matéria que provoca muitas discussões.

Em 1861, recebeu em Milão a cátedra de linguística, criada especialmente para ele. Posteriormente, limitou seus estudos às línguas indo-europeias e neolatinas, sendo esse o período mais fecundo de sua produção científica. Nessa época publicou *Cursos de glotologia*, em 1870, e *Estudos críticos*, em 1877. Em 1873, fundou a revista *Arquivo glotológico italiano*.

Ascoli foi adepto da teoria dos neogramáticos, apesar de divergir em alguns pontos essenciais, como o das leis fonéticas. Para fortes adeptos de tal teoria, como Wilhelm Scherer e Hermann Paul, as leis fonéticas - o princípio da regularidade de uma mudança fonética - são imutáveis, isto é, o mesmo fonema sofre na mesma língua e durante certo período a mesma mudança em todas as palavras da língua. Para eles, as únicas exceções possíveis eram variações devidas à analogia. Já, para Ascoli, as leis fonéticas eram uma ideia ultrapassada e insistia que se explicariam através de fatores históricos, e que tais fatores seriam os responsáveis pelas exceções.

2.1.4 Os estudos dialetais aliados à Geografia Linguística

Foi na França que a Dialetologia ganhou vulto, ao ponto de, em 1881, passar a fazer parte do currículo regular da *École Pratique des Hautes Études*, em Paris. Impulsionou-a não apenas o ideal da valorização das manifestações populares (usos, crenças, costumes e falares), mas, principalmente, o já referido interesse pela evolução histórica das formas linguísticas.

Os primeiros trabalhos de geografia linguística surgiram em 1876 com os estudos de Georg Wenker acerca dos dialetos alemães, a partir de uma lista de quarenta frases-teste, além das pesquisas de Jules Gilliéron e de Edmond Edmont, de 1897 a 1901, as quais resultaram no *Atlas Linguistique de La France* – ALF e visavam à concretização dos estudos acerca dos patoás galo-romano, dos quais se conheciam aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos destas modalidades linguísticas e sanaram problemas detectados nos estudos de Wenker. Gilliéron defendia a ideia de que toda palavra tem a sua própria história, na valorização da individualidade etimológica das palavras e, até hoje, é considerado o fundador da geografia linguística como método de investigação científica.

2.1.5 O papel de Gaston Paris

Semelhantes esforços ao do linguista italiano Ascoli foram despendidos pelo linguista Gaston Paris. Em 1888, fez uma conferência intitulada *Les Parlers de*

France que se tornou célebre pelo incentivo que deu ao desenvolvimento de estudos dialetológicos. Nela, ressaltou a necessidade de estudar os *falares* franceses, em via de descaracterização, em função do acelerado processo de nivelamento cultural. Chamava, ainda, a atenção para o fato de que as descrições dialetais - quer por meio de monografias, quer por meio de atlas - deveriam ser realizadas com o rigor exigido pelas ciências naturais, obedecendo, portanto, a uma metodologia bem definida.

Nesse particular, exemplificava com o trabalho desenvolvido por Jules Gilliéron ao mencionar:

Existe, na Escola de Altos Estudos, uma conferência prática, especialmente consagrada ao estudo dos nossos *patois*, dirigida pelo homem que verdadeiramente inaugurou na França o estudo científico, o senhor Gilliéron. Não somente seguindo as lições desse excelente mestre, os jovens desejosos de participarem da grande obra que acabei de definir receberão uma diretriz absolutamente segura e precisa; mas ainda todos aqueles que, encontrando-se longe de Paris, quiserem abordar esses estudos receberão do senhor Gilliéron os mais práticos conselhos e as mais preciosas indicações. (PARIS, 1888, p. 168-169 apud BRANDÃO, Sílvia, 1991, p. 8-9).

Jules Gilliéron foi influenciado e apoiado por Gaston Paris. E alguns anos após iniciou os preparativos para a elaboração do Atlas Lingüístico da França - o *ALF* -, obra que veio a se constituir um marco dos estudos dialetológicos e muito contribuiu para o progresso da ciência da linguagem.

O interessante é perceber que, diferentemente de Ascoli, afirmava Gaston Paris que não havia dialetos unitários numa comunidade linguística. Ele sustentava que nos deparamos apenas com dados concretos particulares de caráter dialetal, os quais, de modo algum, constituem uma área linguística autônoma a que podemos chamar de dialeto. Desses dois “olhares” nasceu o debate acerca do conceito de “dialeto”. De acordo com Gaston Paris, cada traço dialetal tem sua própria extensão como uma linha isoglóssica que não coincide com outras linhas isoglóssicas a fim de estabelecer um feixe de traços linguísticos opostos a outros feixes.

Na verdade, os traços linguísticos que formavam as linhas isoglóssicas eram visualizados, do ponto de vista histórico, como expressões de uma mudança linguística, particularmente, mudanças fonéticas. A abordagem descritiva viria modificar os termos do problema.

Gaston Paris teve a ideia de traçar mapas dessas linhas isoglóssicas e isto deu lugar ao surgimento de uma nova técnica conhecida por *geografia linguística*. Tal técnica não deve ser confundida com o uso de mapas para ilustrar a distribuição de línguas ou dialetos em dado território. O núcleo de tal técnica era a linha isoglóssica, isto é, os traços linguísticos, isolados, como ponto de partida para a constituição do mapa linguístico. Portanto, podemos dizer que a geografia linguística teve como base teórica o conceito de dialeto numa abstração. Essa era a verdadeira razão de focalizar cada mudança linguística *per se*, como verdadeiro dado linguístico.

2.2 A GEOGRAFIA LINGUÍSTICA COMO MÉTODO DA DIALETOLOGIA

2.2.1 O surgimento da Geografia Linguística enquanto método de pesquisa

Método, por excelência, dentro dos estudos dialetológicos, a Geografia Linguística, analisa a variação linguística por meio de estudos cartográficos. Seu objeto de estudo são os dialetos. Esse estudo iniciou-se no período historicista, e tem origem na Gramática Comparada. Mas, só se tornou mundialmente conhecido a partir da realização do *Atlas Linguistique de la France* - ALF cuja finalidade era preservar os dialetos franceses ameaçados de extinção. Seguiram-se outros atlas semelhantes em outras regiões e países da Europa, aperfeiçoando sempre a tecnologia.

Desse modo, o nascimento da Geografia Linguística, como método da Dialetoлогия, está associado à elaboração do *Atlas Linguistique de la France* (ALF) (1902-1910) de Jules Gilliéron e Edmont Edmont, que embora surja na sequência de outros trabalhos de natureza dialetal, é o **primeiro atlas** a orientar-se pelos critérios mais rigorosos adotados por esse método.

A metodologia da geografia linguística baseia-se na elaboração de cartas geográficas, mapas, ou atlas linguísticos. Estes atlas têm por finalidade fazer o levantamento de dados *in loco*, observando um ou mais fenômenos linguísticos para poder traçar isoglossas que determinem a extensão de cada traço dialetal. Os atlas linguísticos representam um grande avanço em relação às coletas de dados anteriores, as quais não permitiam a correta interpretação dos dados e menos ainda

uma visão global como a proporcionada pelas isoglossas numa representação gráfica.

Assim, os atlas linguísticos com o mapeamento das diferentes formas e nas diversas situações de uso da língua em determinada região, são verdadeiros instrumentos que permitem a descrição da língua viva e constituem-se, na realidade, um dos objetivos mais relevantes dos estudos dialetais.

Entende-se a Geolinguística como um estudo cartográfico dos dialetos, como salienta Jordan (1962, p. 273) ao afirmar que “a geografia linguística significa a representação cartográfica do material linguístico com o objectivo de determinar a repetição topográfica dos fenômenos”.

Coseriu (1982, p. 79) designa por geografia linguística

o método dialectológico e comparativo que [...] pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas lingüísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados.

Ferreira et al. (1996, p. 484) consideram a Geografia Linguística como “o estudo cartográfico dos dialectos”.

Câmara Jr. (1999, p. 94) diz que

a geografia lingüística é a técnica mais moderna de pesquisa na área da Dialectologia e consiste no levantamento de mapas da distribuição geográfica de cada traço lingüístico dialetal. O conjunto desses mapas constitui o Atlas Lingüístico do território estudado.

É importante frisar que alguns estudiosos consideram a geografia linguística como método e não ciência, uma vez que Ciência refere-se ao conjunto de conhecimentos sistematizados, relativos a uma ordem de fenômenos que permitem um saber resultante da posse de informações sobre variados assuntos. Assim, a geografia linguística apresenta-se como método, porque organiza a pesquisa em Dialectologia, e esta, sim, seria a ciência. A geografia linguística é, apenas, uma maneira, um modo de sistematização.

Quanto à nomenclatura há divergências. Parte dos investigadores a nomeiam de **geografia linguística** e outra, de **geografia dialetal**, sendo a primeira a mais usual. Atualmente, lê-se bastante nos textos o termo **geolinguística**.

Enfim, o que se observa é que o método cartográfico, aplicado desde os finais do século XIX, ainda se mostra de excepcional utilidade para o conhecimento das variedades regionais de uma língua.

Aos poucos tal método foi se aperfeiçoando e, nos atlas, buscou-se retratar peculiaridades etnográficas e, modernamente, ao lado das variações diatópicas, diastráticas, diafásicas, diagenéricas, sobretudo porque os interesses da Dialetologia voltaram-se também para a fala dos grandes centros urbanos.

É certo, como já ressaltou Manuel Alvar (1968, p. 30), que nenhum método será capaz de abarcar, em sua totalidade, a variabilidade de uma língua:

Nunca possuiremos a realidade de qualquer fala, porque a realidade é mutável em cada comunidade, em cada indivíduo dessa coletividade e nos momentos, distintos, de cada indivíduo.

Mas é certo, também, que os princípios da geografia linguística combinados aos da Sociolinguística podem ensejar um melhor conhecimento dos mecanismos com que opera uma língua e dos fatores que determinam sua evolução.

Compreende-se o método cartográfico como bastante eficiente e que atende aos objetivos da pesquisa dialetal. Sabe-se que a teoria difere bastante da prática e, devido a isso, os neogramáticos não conseguiram a agilização dos seus propósitos, pela falta de um método adequado, pois, na teoria neogramática, o estudo dos dialetos vivos é de considerável importância, por permitirem uma análise científica da linguagem humana.

Diferentemente, o método proposto pelos adeptos da geografia linguística estuda os dialetos populares. Antes do método cartográfico, os estudiosos visitavam localidades, anteriormente escolhidas, e anotavam, no decorrer das conversas, particularidades linguísticas, que, sob determinado ponto de vista, apresentava maior interesse. Dava-se prioridade aos sons, em seguida, às formas gramaticais e, depois, às construções sintáticas. Não havia muita preocupação com o vocabulário.

O material recolhido era trabalhado, as particularidades dos dialetos eram comparadas com a língua comum e interpretadas com a ajuda da gramática tradicional. Isso possibilitou o reconhecimento dos dialetos, mas não deu conta das relações existentes entre as semelhanças, as diferenças e as causas que presidiam essas relações.

Como os métodos, até então trabalhados, não surtiram os efeitos desejados pelos linguistas, estes decidiram apresentar os dados das investigações através de atlas, denominados **atlas linguísticos**, o que permitiu significativo avanço nas pesquisas dialetais. (ver item 2.3)

Por tudo isso, a geografia linguística foi importante como uma nova abordagem ao estudo histórico comparativo, pois, em vez de recorrer aos textos antigos de fases passadas e extintas, o investigador apenas focaliza os aspectos vivos, contemporâneos, da língua apreendendo as formas linguísticas no intercâmbio oral.

Por essa razão é que, através da geografia linguística, no que se refere ao aspecto técnico da investigação, muitos avanços foram alcançados desde os dias de Gilliéron até a época atual, haja vista os inúmeros atlas linguísticos organizados e publicados tanto os de primeira quanto de segunda e alguns até de terceira geração, alguns monodimensionais, outros bi-dimensionais e até pluridimensionais. Logo, tanto a Dialetoлогия enquanto disciplina e a Geografia Linguística como método têm contribuído, sobremaneira, aos estudos científicos da linguagem e de modo muito rápido e em tão pouco tempo.

Em relação ao método, um autor merece ser considerado. Trata-se do suíço Karl Jaberg com a publicação de dois livros: *Geografia Linguística* (1908) e *Aspectos Geográficos da Língua* (1936). Jaberg com seu colega Jakob Jud publicou um volumoso *Atlas Lingüístico da Itália e da parte sul da Suíça* (1928).

Cabe aqui, reler a história de alguns linguistas e estudiosos da linguagem que muito contribuíram para a efetivação do método da geografia linguística.

2.2.2 Os Predecessores do Método Geográfico-Comparativo

2.2.2.1 Georg Wenker

A iniciativa de elaborar um atlas linguístico surgiu com o linguista alemão Georg Wenker (1852-1911), que estudou a história das consoantes germânicas, buscando estabelecer o limite geográfico da divisão dialetal, em território alemão. Fortemente ligado às teorias neogramáticas, principalmente à da regularidade absoluta das mudanças e da uniformidade de sua distribuição, concordava com a ideia de que uma mudança fonética atingia categórica e uniformemente todas as palavras que apresentassem as mesmas condições, espalhando-se por toda a comunidade também de forma uniforme.

Wenker realizou, a partir de 1876, uma entrevista pelo correio, enviando um questionário com quarenta frases curtas a professores e a outras pessoas cultas das regiões rurais, que deveriam transcrever essas frases escritas em alemão padrão para frases escritas nos respectivos dialetos. Estas foram colocadas em mapas, o que permitiu demarcar a fronteira dos dialetos alemães. Porém, o efeito que Wenker pretendia não foi o esperado, visto que ficou comprovado não existir uma fronteira nítida entre os grupos dialetais germânicos.

A partir desse estudo de Wenker, descobriu-se que o princípio dos neogramáticos - de que as mudanças fonéticas eram categóricas e uniformes -, perdera a eficácia. Alguns estudiosos defenderam a tese oposta, na qual cada palavra tem a sua própria história.

2.2.2.2 Gustav Weigand

Outro preconizador na construção de atlas linguísticos é Gustav Weigand (1860-1930), antecessor de Jules Gilliéron. A partir de 1895, em Leipzig, Weigand elaborou o seu primeiro atlas – *Linguistischer Atlas des Dacorumänischen Sprachgebietes* –, que representou um progresso em relação às obras anteriores do mesmo tipo. Para a coleta de dados, Weigand serviu-se de um inquérito direto, que ele mesmo realizou e que foi, anteriormente, preparado.

Apesar de ter representado progresso, na área da geografia linguística, não se pode exagerar os méritos de Weigand. Investigadores como Gilliéron e Rousselot não reuniram o material linguístico com base em questionários, mas desenvolveram diálogos com os habitantes, não se valendo dos questionários sistematicamente elaborados por Weigand. Quando Weigand, em 1909, publicou seu atlas, a obra mais rica e completa de Gilliéron já havia surgido e estava em processo de finalização. O inquérito produzido por Weigand possuía um questionário com apenas 114 palavras e restrito aos sons do daco-romeno, de poucas regiões da Romênia, totalizando 67 mapas.

2.2.2.3 Jules Gilliéron: seu legado, o método de pesquisa e seu procedimento

Foi Jules Gilliéron (1845-1926), linguista suíço, professor na *École Pratique de Hautes Études* de Paris, quem lançou as bases da Geografia Linguística, o que possibilitou maior desenvolvimento na abordagem das línguas, a partir de suas variedades com resultados que permitiram reformulações nas teorias linguísticas existentes.

Jules Gilliéron foi influenciado por seu mestre Gaston Paris, linguista francês, que o encorajou a prosseguir no estudo dos dialetos franceses antes que desaparecessem.

A primeira publicação, dentro da Geografia Linguística, que atendeu a todos os requisitos de ciência e que foi tomada como modelo pelos especialistas, é a de Jules Gilliéron, com seu *Atlas Linguistique de la France* (1902-1910).

Para elaborar o *ALF*, Gilliéron recebeu ajuda financeira do Ministério de Instrução Pública e a colaboração de Edmond Edmont, comerciante de Saint-Paul, na Picardia, que possuía grande interesse nos estudos dos dialetos, além de privilegiado senso de audição e bom desempenho em Fonética prática. Antes de publicar seu *Atlas Linguistique de la France*, Gilliéron havia publicado, entre os anos de 1880 e 1881, dois trabalhos: *Patois de la Commune de Vionnaz (Bas-Valais)* e *Petit Atlas Phonétique du Valais Roman (sud du Rhône)*. Apesar de os trabalhos não conterem as exigências dos estudos dialectológicos modernos, representaram um

progresso notável e demonstraram uma compreensão especial da linguagem popular.

O objetivo de estudar mais profundamente os dialetos deve-se à preocupação de Gilliéron em relação aos dialetos camponeses, pois, com a expansão cultural, estavam sendo influenciados e ameaçados em sua pureza e, portanto, na sua sobrevivência. Assim começa o trabalho árduo do pesquisador.

Gilliéron, primeiramente, estabeleceu um questionário, onde seriam obtidas as respostas das pessoas a interrogar. Eram mais de 1900 perguntas. Contrapondo-se aos estudos feitos por linguistas anteriores, que se dedicavam apenas aos sons, ele estava convencido de que precisaria estudar também as outras particularidades linguísticas dos dialetos. Por isso, introduziu, no questionário, palavras que forneceriam informações morfológicas, sintáticas e lexicais. Adicionou ao questionário expressões populares e palavras eruditas, para ver como seriam absorvidas pelos dialetos e de que modo se propagariam. Assim, o inquérito indicaria a riqueza e a variedade do vocabulário dialetal.

Após ter concluído o questionário, estabeleceu as regiões onde seriam levantados dados que o interessavam. Gilliéron escolheu 639 localidades francesas, excluindo os falares bretões, a zona flamenga do noroeste da França e a área basca do sudoeste, dado que seu principal objetivo eram os dialetos galo-românicos, mas, em compensação, incluiu locais da Bélgica, da Suíça e da Itália, onde a língua falada era o francês.

O colaborador de Gilliéron, Edmont, foi encarregado de efetuar o inquérito nas localidades previstas. Isso agitou os adversários de Gilliéron, que o acusaram de fraude científica, baseados no fato de Edmont ter viajado sozinho. Gilliéron respondeu que, para haver exatidão na percepção e na transcrição de palavras, é preciso que haja somente um ouvinte para registrá-las.

Gilliéron designou Edmont devido a seu apurado ouvido e ao fato de ele não ser especialista. Como não possuía nenhuma formação filológica não seria influenciado por teorias ou ideias pré-estabelecidas. Edmont recebeu apenas instruções para poder executar com perfeição o alfabeto fonético, para transcrição das respostas recebidas.

A viagem de Edmont estendeu-se por quase quatro anos, tendo início em 1897 e seu término em 1901. Para cada localidade investigada, havia um caderno, no qual constava o questionário, sempre com as mesmas perguntas. Quando chegava à localidade determinada, o seu cuidado era escolher os indivíduos que iria interrogar. Escolhia pessoas que habitavam há mais tempo aqueles lugares, pois seriam melhores conhecedoras do respectivo dialeto. A resposta devia ser espontânea, para reproduzir melhor o dialeto popular, sem intromissão do explorador. A pressão exercida sobre os interrogados, para que eles respondessem a todas as perguntas, podia despertar neles empregos de material linguístico que não existia na língua falada por eles.

As respostas eram escritas no caderno ao lado das perguntas. Quando acabava o inquérito de uma região, o caderno era enviado imediatamente a Gilliéron que começava a trabalhar o material em seguida. Com o envio do caderno, Edmont não voltava a ver suas anotações, isso ocorria para que ele não se influenciasse pelos resultados obtidos nas localidades anteriores.

Logo após o preenchimento de todos os cadernos, iniciou-se a montagem das cartas. Para cada conceito, preparou-se um mapa, no qual os locais investigados recebiam números de ordem iguais em todos os mapas. Quando, na localidade, não havia nenhuma palavra para o objeto inquirido, registrava-se uma palavra semelhante ou deixava-se o espaço em branco. Para frases completas, foram necessários vários mapas, porque cada um apresentava uma área interrogada e a reprodução das respostas exigia um espaço maior do que aquele que comportava uma única palavra. Assim, o atlas atingiu mais de 1920 mapas. Para facilitar o manuseio do atlas, Gilliéron e Edmont escreveram uma brochura explicativa, além de elaborar um índice alfabético de todas as formas francesas tratadas, literárias e dialetais.

O *Atlas Linguistique de la France* causou fortes impressões. Os linguistas viram nele o princípio de uma revolução no estudo do campo dialetológico. Por se tratar de um método inovador, alguns linguistas, na sua maioria, franceses, viram o atlas de Gilliéron com desconfiança. Já na Suíça e na Alemanha o entusiasmo pelo atlas foi grande e geral.

O que interessava no atlas era a excepcional multiplicidade de termos e formas dialetais para que a linguística pudesse ganhar com isso. A vida estática, presente nos mapas, seria repetida e analisada diversas vezes, em todas as suas fases anteriores, para que se compreendesse como e por que razão se chegara ao estado então presente. Só assim se poderia falar em geografia linguística como uma nova disciplina.

Gilliéron percebeu que as áreas centrais, pertencentes à mesma isoglossa eram mais compactas. As marginais se caracterizavam como de transição. A linha dá mais ou menos a área linguística correspondente a um dialeto. Não há limites rígidos, há cruzamentos e entrecruzamentos, devido à mobilidade social, permitindo o deslocamento do léxico.

Desse modo, a partir do atlas, foi possível compreender que as palavras migram. Partem de determinado local e espalham-se por regiões mais ou menos afastadas. Percebeu-se, também, que muitas palavras desapareceram ou foram substituídas por outras. Gilliéron concluiu que, no sul da França e nas regiões próximas ao território, houve uma resistência na luta contra a língua francesa popular. Isso se deve ao fato de essas regiões situarem-se distantes de Paris, onde se usava o francês popular. As regiões dos territórios do Franco-Condado e Burgúndia apresentam resistência por possuírem independência política.

Gilliéron também descobriu que há circunstâncias que protegem ou destroem as tradições dialetais, principalmente se essas circunstâncias forem fatores culturais, que, muitas vezes, decidem o destino das palavras nas suas migrações. Num local, onde a cultura é bem desenvolvida, mais fácil se implantarão inovações linguísticas do que em um local sem significado cultural.

Entende-se que o atlas expõe dados de experiências linguísticas, oriundos de um trabalho difícil e persistente da linguagem humana, pesquisa a forma que as áreas de certos fenômenos linguísticos estabelecem nas suas relações de convivências e sobreposições e, o mais interessante, estuda a língua viva, permitindo que se reconstruam seus estados mais antigos.

É inegável a contribuição que Jules Gilliéron forneceu, por meio de suas pesquisas, aos estudos dialetais e geolinguísticos do século XX e aos estudos recém empreendidos no início desse terceiro milênio.

2.3 OS ATLAS LINGUÍSTICOS: IMPORTÂNCIA E OPERACIONALIDADE

“Falar de diversidade linguística é, também, como acender um rastro de pólvora: propaga-se, contagia.”

(AGUILERA, 2008, p. 33)

Como bem salienta Vanderci Aguilera na frase acima, falar em diversidade da linguagem acende nos pesquisadores uma vontade de continuar – mesmo frente às dificuldades – com o trabalho meticuloso da pesquisa, pois os encanta pelas respostas obtidas, pelas experiências trocadas com os informantes e pelo gosto do fazer científico e a vontade de apresentar os resultados num menor tempo possível.

Antes de mencionar a feitura dos Atlas, sua importância e de que modo eles podem contribuir com os estudos da linguagem, é necessário esclarecer o que seja um atlas linguístico e qual seu principal objetivo.

2.3.1 Conceituação

De acordo com Ferreira et al. (1996, p. 484) um atlas linguístico é

um conjunto de mapas de um território, mais ou menos vasto, que representam e localizam as realizações dos paradigmas linguísticos em estudo (de natureza fonética, lexical, morfológica ou sintática), registrando as respectivas variações geográficas.

O principal mérito dos atlas está na possibilidade que oferecem de visualizar a distribuição geográfica de determinado fenômeno linguístico e de delimitar a sua extensão. Não se trata, somente, de mera e volumosa coleção de dados linguísticos, mas de informações sobre as zonas de uso, áreas de difusão, vias de penetração e fases evolutivas desses mesmos dados.

Os Atlas Linguísticos permitem, ainda, isolar áreas dialetais, definidas pela concentração de fenômenos linguísticos idênticos, que, em determinados tipos de mapas, podem ser delineados por isoglossa.

Os atlas linguísticos, na verdade, sempre se constituíram em meta ou aspiração principal dos dialetólogos. Rossi (1967, p. 93) afirma:

Hoje não precisa de mais do que bom senso e isenção para compreender que eles (os atlas) permanecem uma das maiores conquistas da Linguística do século XX, mas padecem, como qualquer outro instrumento de trabalho resultante de qualquer outro método, de suas limitações. Dizem muito, dizem mais do que seria possível dizer por outro processo conhecido, valem pelo que permitem dizer a partir deles com segurança e objetividade, mas não dizem tudo. Permitem ver muito em extensão, mas com sacrifício da profundidade e do pormenor, embora como inventário preliminar constituam um ponto de partida mais seguro para aprofundamento dos estudos mais exaustivos de áreas menores que nele se delimitam já então partindo não de pressupostos extralingüísticos, mas de dados de linguística interna, colhidos ao vivo, que frequentemente contrariam todos os pressupostos apriorísticos.

Alvar (1958, p. 85) também se manifestava nessa mesma linha de raciocínio ao afirmar que:

O grande interesse do atlas está na grande massa de materiais que oferece agrupados; mas, ainda, penso, que sobretudo nas múltiplas surpresas que oferece. A busca sobre o terreno, dá generosamente frutos para todos os lados. A descoberta de novos motivos de investigação e o levantamento incessante de problemas são dados que dispõem em seu favor. As descobertas feitas por um atlas são como brechas na muralha: através das fendas será possível penetrar no ignorado. E será necessário voltar sobre a brecha para ampliá-la e encontrar o fruto perseguido.

Assim, a publicação de um atlas significa o final de um estágio e o início de uma obra aberta aos estudos dialetais, os mais distintos. É um documento irrefutável de uma realidade linguística, diversificada nos seus vários níveis e uma fonte autêntica dos dados regionais. São trabalhos que aprofundam a análise do dialeto de uma ou mais localidades tornando mais conhecida a realidade linguística do país.

Ressalta-se, ainda, que do ponto de vista da tipologia metodológica ou, mais especificamente, da finalização no tocante à apresentação dos dados, há três categorias de atlas que podem, atualmente, ser identificadas: 1) os atlas com apresentação cartográfica dos dados, ilustrados como o *ALF*, o *ALPI* e o *APFB*, entre outros; 2) atlas interpretativos, como o *ALiR* e o *ALE*, cujos dados cartografados agregam estudos específicos e de análise; e 3) os atlas falantes, que permitem um contato direto do leitor-ouvinte com a realidade oral da área apresentada, como por exemplo o *ALiSPA*.

Alinei (1994, p. 23) assinala que “a preocupação, todavia, com a interpretação dos dados cartografados tem acompanhado a publicação de atlas nacionais sob a forma de monografias e estudos específicos, sobretudo nos anos trinta”.

2.3.2 Os Atlas Linguísticos internacionais publicados: um breve passeio

A apresentação dos dados linguísticos em atlas começou por se limitar ao registro, em transcrição fonética, das formas recolhidas em cada localidade.

Entre tantos atlas publicados no mundo, descrevemos de modo sucinto, um breve histórico sobre cada um deles:

- O primeiro atlas a ser produzido foi o pequeno atlas da Suécia de H. Fischere o atlas romeno de G. Weigand, mas não obtivemos data de publicação;

- Em seguida veio o *Atlas Linguístico da França* – ALF, coordenado por Jules Gilliéron e recolhido por quase quatro anos, do início de 1897 até em 1901. Recebeu ajuda financeira do Ministério de Instrução Pública e contou com a colaboração de Edmond Edmont (ver item 2.2.2.3);

- O *Atlas Ítalo Suíço* – AIS, publicado entre 1928 e 1940 foi coordenado por Karl Jaberg e Jacob Jud, discípulos de Gilliéron. Está constituído de um volume de introdução, um volume de cartas com oito tomos e mais um volume etnográfico. Contempla informantes diversificados quanto à idade - 15 a 85 anos -, quanto ao estrato sociocultural (camponeses, pessoas com instrução secundária e intelectuais) e quanto ao sexo. No entanto, não apresenta, em cada ponto, uma sistemática na observação de tais variáveis em cada ponto. Apresenta uma grande inovação no que diz respeito ao atlas de Gilliéron pelo fato de explorar a relação entre a palavra e a coisa denominada, imprimindo um cunho etnográfico ou antropogeográfico à obra.

O AIS apresenta um informante por ponto pesquisado, no questionário, no inquérito, na transcrição, na densidade da rede, entre outros. Além disso, Jaberg e Jud dispuseram de um inquiridor especialista em suas pesquisas. Na época de sua publicação foi considerado como uma obra gigantesca e de grande valor metodológico;

- O *Atlas da Córsega* de Gino Bottiglioni foi elaborado entre 1933 a 1942. Outros dois Atlas românicos ficaram incompletos: o *Atlas da Romênia* (1877-1948) e *Atlas da Catalunha* (1890-1973);

- O *Linguistic Atlas of New England* – LANE, foi publicado entre 1939 e 1943, conta com três volumes de cartas e um de introdução. Orientado por Jakob Jud (um dos autores do *AIS*) e Paul Scheuermeier (um dos inquiridores do *AIS*) e coordenado pelo filólogo norte-americano Hans Kurath. Utilizou questionários nas sondagens preliminares e nos inquéritos definitivos. Foram inquiridos 413 informantes em 213 localidades. O *LANE* foi o primeiro atlas a introduzir sistematicamente a parte social, considerando 3 estratos socioculturais e duas gerações.

- O *Atlas Linguistique Roman* – ALIR, coordenado por Michel Contini. Tem por objetivo o de apresentar uma visão de conjunto da situação linguística dos domínios românicos da Europa (ibero-românico, galo-românico, italo-românico, reto-românico, romeno) por meio de uma análise lexical, fonética, fonológica e morfo-sintática e com a realização de mapas interpretativos através de símbolos.

- *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay* – ADDU desenvolvido sob a responsabilidade de Adolfo Elizaincín, da Facultad de Humanidades de la Universidad de la República (Uruguai), e Harald Thun, do Romanisches Seminar da Christian-Albrechts-Universität zu Kiel (Alemanha). O mesmo contempla nas suas cartas informações diatópicas, diastráticas, diageracionais e diafásicas.

- *The Atlas of North American English: phonetics, phonology and sound change*. Coordenado por William Labov, Ashe Boberg, Sharon Charles, foi publicado em 2006. É um atlas baseado em material fonológico, faz uso da Fonética Acústica e realiza entrevistas por telefone – TELSUR ATLAS PROJECT – com o objetivo de representar a maior população possível, com especial atenção para palestrantes que, segundo os autores, se espera que sejam os mais avançados nos processos de mudança linguística. A seleção das localidades obedeceu às características de interseção dos três níveis: 1) zona de influência; 2) central city; e 3) área urbanizada. O atlas apresenta também versão em *CD-ROM*, além de ser acessível pela *internet*¹².

¹²Disponível em: <http://www.ling.upenn.edu/phono_atlas/home.html>. Acesso em: 02 jan. 2012

Tem-se exemplos de outros atlas com características mais específicas como no caso do *Atlas Linguistic de Catalunya* – ALC, que representa uma só **língua**, ou o *Atlas Linguistique Roman* – ALiR que engloba várias línguas de uma mesma família de língua, o *Atlas Linguistique et Ethnographique de la Gascogne* – ALG que engloba uma **região** ou aquele como o *Atlas Linguarum Europae* – ALE que abrange todo um **continente**.

Além desses, temos o *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica* – ALPI, por exemplo, que abrange apenas o espaço linguístico românico da Península Ibérica, e o *Atlas Lingüístico do Litoral Português* – ALLP – que estuda aspectos específicos da língua de determinado domínio: o vocabulário relacionado com as técnicas de pesca e nomenclatura da fauna e flora marítimas.

Esses são alguns exemplos de atlas linguísticos que conseguimos ilustrar nesse estudo em função da dificuldade de obter dados mais específicos sobre cada um seja por não ter tido acesso aos mesmos ou pelo parco material disponível na rede.

Porém, pode-se afirmar que os dados linguísticos registrados em cada um deles são obtidos de acordo com os objetivos do estudo, a partir de inquéritos orientados por certos princípios metodológicos que permitem obter resultados possíveis de comparação de modo a orientar e a facilitar todo o inquérito.

Enfim, é sabido que a elaboração de um atlas não é tarefa fácil e pode demorar alguns anos a depender do investimento feito e dos recursos obtidos, além de uma equipe bem treinada e de um excelente coordenador da pesquisa.

2.4 A DIALETOLOGIA E GEOLINGÜÍSTICA NO BRASIL: OS SONHOS POSSÍVEIS

“Fm toda pesquisa dialetal existe um antes, um durante e um depois. [...]. É preciso definir o antes, ter coragem para o durante, paciência e gosto para o depois”.

(FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 9)

É impossível falar em Dialetoлогия e Geolinguística no país sem mencionar a contribuição pioneira de Antenor Nascentes (1958; 1961) que já em suas *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* recomendava que, inicialmente, fossem

confeccionados os atlas regionais, sobretudo em decorrência das dificuldades de locomoção pelas grandes distâncias de um “país continental”, em termos de extensão territorial. Acordado com seu pensamento, Serafim da Silva Neto em seu *Guia* (1957) defendia a necessidade de criar, entre os pesquisadores brasileiros, uma “mentalidade dialetológica” como condição para a pesquisa de campo. Pelo que se observa, a orientação dos primeiros dialetólogos brasileiros encontrou eco, em primeira mão, nas pesquisas de Nelson Rossi, na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, ao idealizar e coordenar o primeiro atlas linguístico brasileiro, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB* (1963), que ora serve de *corpus* para esta pesquisa. O *APFB* contou como co-autoras Dinah Maria Isensee e Carlota Ferreira.

De acordo com Isquierdo (2005, p. 337)

o pioneirismo dos trabalhos liderados por Rossi, somados à continuidade das pesquisas levadas a efeito por seus discípulos resultou, no âmbito do Brasil, no que se pode chamar de “escola dialectológica da Bahia”, cujos frutos em muito contribuíram para a construção da história dos estudos dialetológicos e geolinguísticos no Brasil.

Rossi deixa como lição a continuidade de uma “mentalidade dialectológica” nos pesquisadores baianos o que se consolida com o fato de a UFBA, nos dias atuais, está sediando o Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, implementado desde o final de 1996.

Feitas as considerações iniciais e antes de discorrer acerca dos trabalhos de natureza dialetal desenvolvidos no Brasil e sobre os atlas publicados e os em andamento, abordaremos a história dos estudos dialetais no país e suas fases, citando os pioneiros nesse fazer científico.

2.4.1 O interesse pelos estudos dialetais e as tentativas de delimitações de áreas dialetais no Brasil

O interesse pelos estudos dialetológicos deu-se com Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca, que escreveu, em 1826, uma contribuição para integrar o capítulo *Introduction à l' Atlas Ethnographique du Globe* (1924-1925), a pedido do geógrafo vêneta Adrien Balbi e coordenador do referido Atlas. Assim, é

introduzido o primeiro estudo específico e de natureza dialetal sobre o português do Brasil.

Desde o final do século XIX, um dos objetivos dos estudos dialetológicos refere-se ao interesse pela delimitação de áreas dialetais. No Brasil, os estudos nesse enfoque começaram com Amadeu Amaral, em 1920, quando, na introdução de *O Dialeto Caipira*, o estudioso salientava:

Fala-se muito num “dialeto brasileiro”, expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeção, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados, enquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões.

O falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou o do Sul. O de São Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se podem distinguir sem grandes esforços zonas de diferentes matizes dialetal – o Litoral, o chamado Norte, o Sul, a parte confinante com o Triângulo Mineiro (1955, p. 43).

Ao longo dos anos, surgiram várias tentativas de traçar áreas dialetais brasileiras, com base em critérios diversos. Entre aquelas que adotaram o critério geográfico, citam-se as do filólogo Júlio Ribeiro, do dialetólogo Antenor Nascentes, do africanista Renato Mendonça e a do cientista social, Manuel Diegues Jr., entre outras. O que há de comum entre essas “tentativas” é o fato de que “partem sempre de fatos históricos e/ou socioculturais, sem um levantamento de traços linguísticos diferenciadores”. (LEITE; CALLOU, 2005, p. 18).

Porém, entre tantas tentativas de delimitação, a mais aceita até hoje é a proposta de Antenor Nascentes (1953, p. 25-26) que serve de parâmetro para os estudos geolinguísticos brasileiros e o que norteia, também, essa pesquisa cuja finalidade é a delimitação de subáreas dialetais na região da Bahia. Nascentes propôs a divisão do “**falar brasileiro**” (grifo nosso) em seis subfalares: 1. o amazônico, 2. o nordestino, 3. o baiano, 4. o fluminense; 5. o mineiro; 6. o sulista, conforme Figura 2:

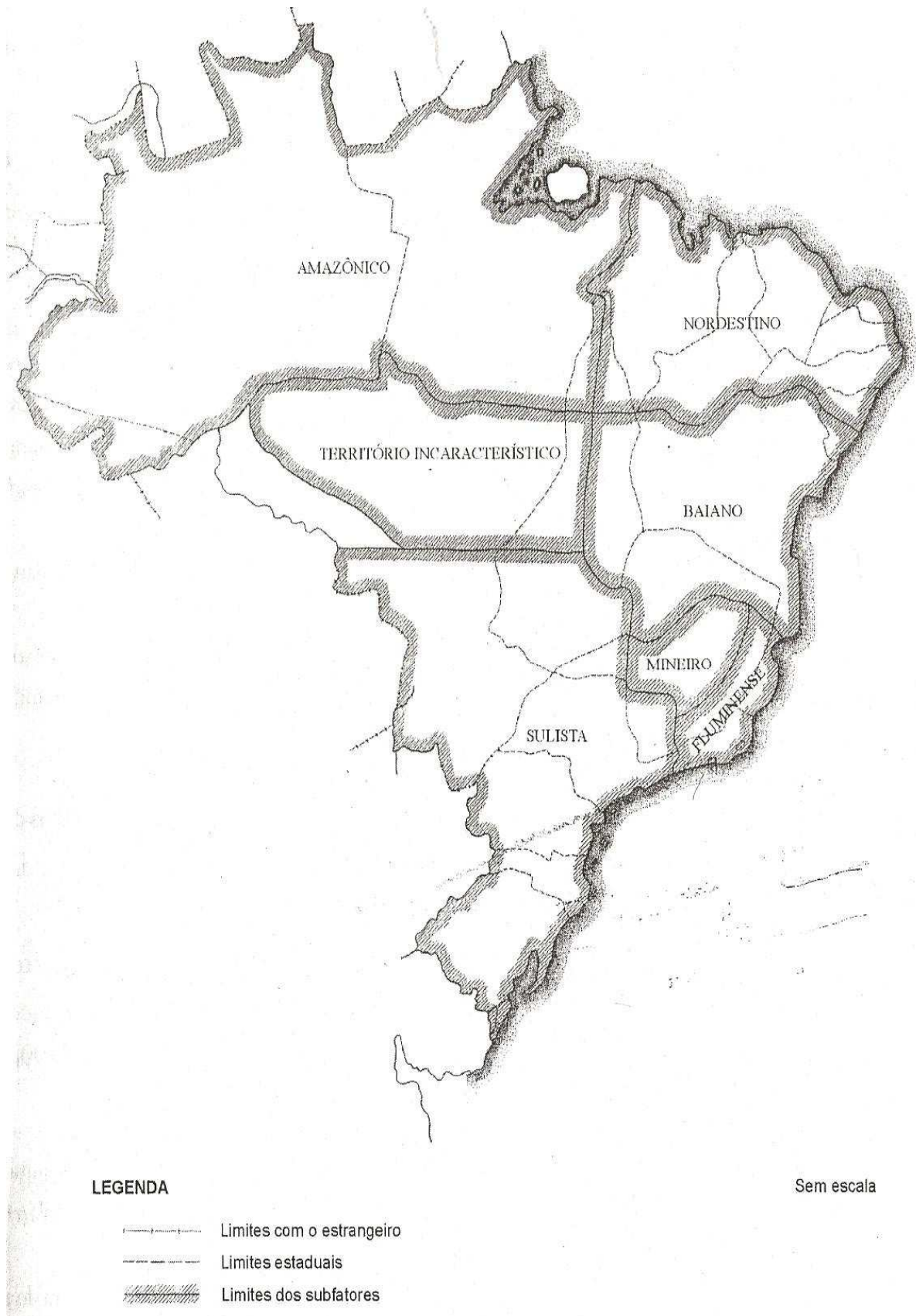


Figura 2 - Proposta de Divisão das Áreas Linguísticas segundo Antenor Nascentes.
Fonte: NASCENTES, 1953, p. 20.

Tais subfalares foram todos reunidos em dois grupos: um grupo sendo do **Norte** e outro grupo sendo o do **Sul**. O autor justifica a delimitação com base em dois critérios: o primeiro, de *natureza prosódica*, o que chamou de *cadência* e o segundo, da *pronúncia das vogais antes do acento* (prétônicas): ressaltando que as vogais abertas são características dos falantes da região norte e as vogais fechadas, características dos falantes da região Sul.

Para o “falar baiano” – o que nos interessa, particularmente, neste estudo – o autor salienta que este reúne os estados de Sergipe, Bahia, parte de Minas Gerais (Norte, Nordeste e Noroeste) e parte de Goiás (atualmente Goiás e Tocantins), conforme Figura 3 abaixo:

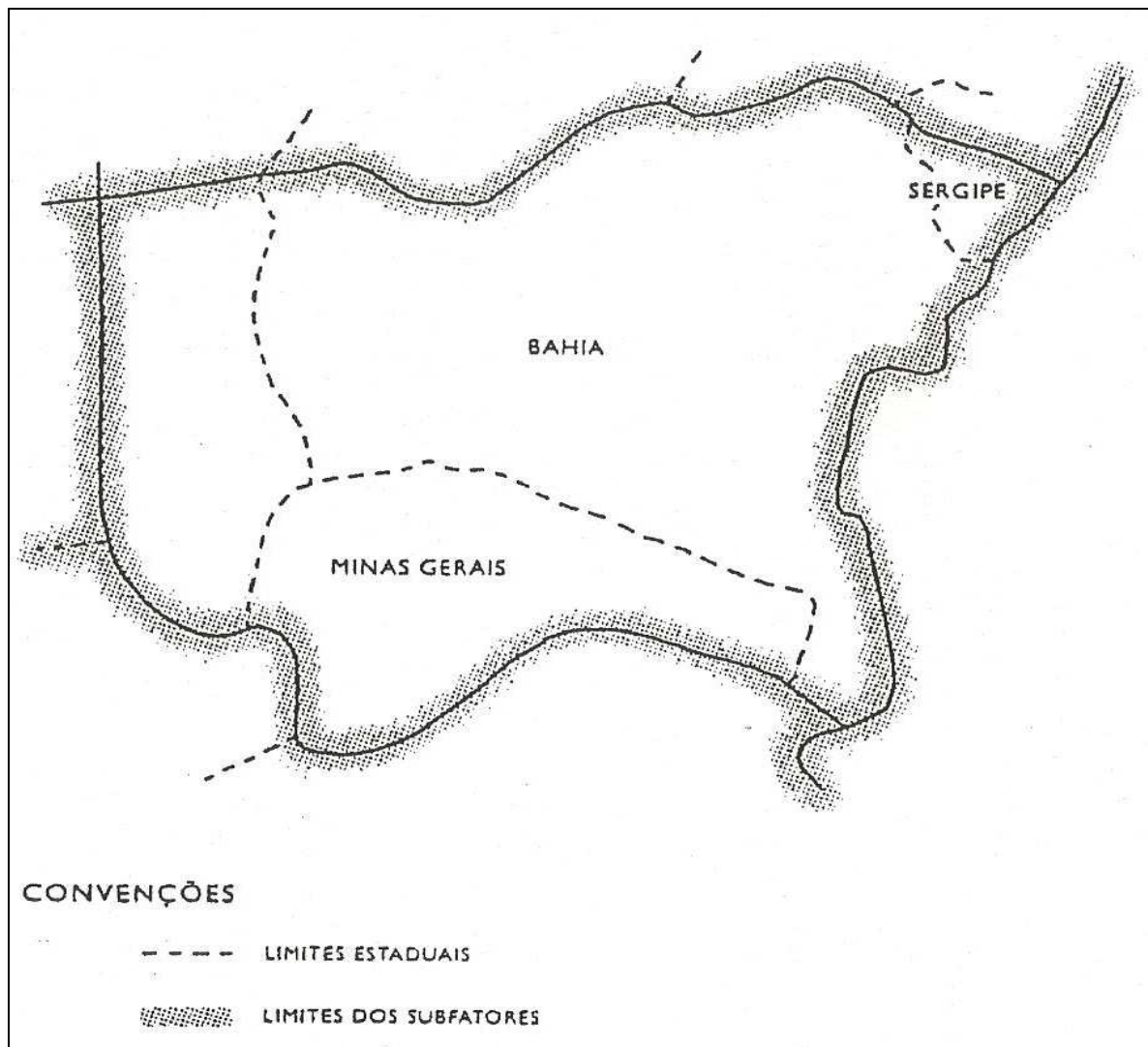


Figura 3 - Recorte dos Limites do “falar baiano” segundo Antenor Nascentes.
Fonte: NASCENTES, 1953, p. 18 apud LEITE; CALLOU, 2005, p. 23.

Como exemplos dessa delimitação de Nascentes, Leite e Callou (2005, p. 20) exemplificam salientando que “todo brasileiro é capaz de reconhecer, intuitivamente, um grande eixo divisório entre falares do “norte” e falares do “sul”: uma “cadência” do nortista e outra do sulista, o *s sibilado* do sulista em oposição ao *chiente* do carioca e o *r rolado* do gaúcho em oposição ao *aspirado* do carioca”.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito à pronúncia dental do *t* e do *d* antes de *i* em palavras como *tipo*, *mentira*, *desde*, *ditado*, consideradas uma pronúncia típica dos nordestinos – no qual, em geral, se inclui o “falar baiano”, que muitas vezes tem a pronúncia “exarcebada”, em algumas novelas, seriados ou mesmo filmes brasileiros, seja na fala de um personagem nativo da cidade de Salvador ou de um falante do sul da Bahia, sem “atentar” para o fato de que nessas áreas o *t* e o *d* são pronunciados também como *tch* e *dj* como de qualquer falante carioca. Assim, nessa hipercharacterização, a chamada *cadência* ou *ritmo*, sem dúvida, um fator que identifica a origem do falante, se resume a uma fala *si-la-ba-da*, sempre com a mesma entoação. No entanto, percebe-se que esse ritmo envolve não só a duração dos segmentos vocálicos, mas também a curva entonacional da sentença, ora ascendente, ora descendente ou neutra, ora contrastiva.

Há, ainda, o caso da substituição de vogais fechadas por abertas, na composição de um tipo regional, ao ponto de criar pronúncias caricaturais e exageradas, como bem observa o escritor João Ubaldo Ribeiro, em sua crônica “Grilos gramaticais”, publicada no Jornal *O Globo* de 14.06.1987:

Antigamente, nordestino não falava “só-brinho” e “té-lhado”, como hoje a gente ouve, em contraposição aos “centro-sulistas” “sô-brinho” e “tê-lhado”. Falava “su-brinho” e “tê-lhado” mesmo. Mas aí chegou o nortês da Rede Globo... e até os nordestinos se convenceram de que o certo é dizer “só-brinho”, que é como se escreve. A única diferença entre o escrito e o falado é a de que todo nordestino tem de abrir a vogal e todo centro-sulista tem de fechar, em absolutamente todos os casos. Outra doidice completa, mas que já levou atores de novelas a pronunciar “vó-cê” em vez de “você”, a fim de mostrar como faziam bem o sotaque nordestino. (LEITE; CALLOU, 2005, p. 21-22)

De acordo com os estudos de Cardoso (1986), no *APFB* documentaram-se vogais pré-tônicas abertas. Salienta-se que o índice de maior frequência coube às vogais médias abertas, tanto no que diz respeito à vogal da série das anteriores quanto àquela da série das posteriores.

Ainda, com base na divisão proposta por Nascentes acerca do falar baiano, Cardoso (*idem*, p. 53) analisa o confronto dos dados registrados pelo *APFB* com os que se documentam no *EALMG*, o que permitiu avaliar de modo objetivo, e conclui que:

- 1- Há uma unidade linguística configurada pelo Estado da Bahia e a parte Norte/Nordeste/Noroeste de Minas Gerais explicitada na presença das vogais médias abertas pré-tônicas, documentadas majoritariamente na área.
- 2- A linha que demarca a fronteira entre o falar baiano e o mineiro e o fluminense, traçada a partir dos dados fornecidos pelos dois atlas, aproximam-se consideravelmente dos limites estabelecidos por Nascentes.
- 3- Conclui, no texto, que tinha Nascentes razão na sua delimitação.

2.4.2 A Dialetoologia no país: as fases possíveis

Os autores costumam dividir a história dos estudos dialetais no Brasil em fases, sendo que Nascentes (1952, 1953) estabelece duas fases; Cardoso e Ferreira (1994) reconhecem três diferentes etapas; e Mota e Cardoso (2006) reconhecem três diferentes etapas e estabelecem uma quarta fase que surge com a retomada do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, em 1996.

2.4.2.1. Propostas de divisão dos estudos dialetais no Brasil por Antenor Nascentes

A proposta de divisão dos estudos dialetológicos de Nascentes foi publicado em dois números da revista *ORBIS*, de 1952 e 1953, na qual o autor afirma que se pode dividir a história dos estudos dialetológicos no Brasil em duas *fases*:

a) **a primeira**, de 1826, ano no qual o brasileiro Borges de Barros publicou um estudo no livro de Adrien Balbi, até 1920, ano da publicação do livro *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral. É caracterizada pela produção de trabalhos voltados para o estudo do léxico e de suas especificidades no português do Brasil;

b) a **segunda**, tem início com a publicação de *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral, em 1920, seguida da publicação de *O linguajar carioca* de Antenor Nascentes, em 1922 e *A Língua do Nordeste* de Mário Marroquim (1934) indo até “**nossos dias**” (1952, p. 181)¹³ (grifo nosso, tratava-se do ano de 1952). A essas três obras juntam-se, ainda, entre outras, *O falar mineiro* (1938) e *A linguagem de Goiás* (1944) de José Aparecido Teixeira. Essa fase se caracteriza pela predominância de trabalhos relacionados aos estudos gramaticais, de resultados alcançados a partir de coleta de dados, sistematicamente reunidos. Inaugura-se, assim, uma fase de monografias dialetais que têm subsidiado até o presente, as pesquisas acerca da realidade linguística brasileira.

Nas palavras de Antenor Nascentes (1953, p. 24), no Prefácio da primeira edição de *O Linguajar Carioca* (1922) via-se a visão futurista do autor ao prever: “nosso trabalho não é para a geração atual; daqui a cem anos, os estudiosos encontrarão nele uma fotografia do estado da língua e neste ponto serão mais felizes que nós, que nada encontramos do falar de 1922”. De fato, hoje se concretizou com a publicação de alguns atlas linguísticos brasileiros, e outros em execução, devidamente detalhados nos itens 2.5.2 e 2.5.3.

Como afirmou Marroquim em *A Língua do Nordeste* no primeiro capítulo intitulado “Dialeto” (2008 [1934], p. 17): “esses trabalhos serão material de que lançará mão o estudioso de amanhã para uma obra de conjunto, completa e definitiva, sobre o dialeto brasileiro”.

Observa-se que as fases foram marcadas pela produção de trabalhos científicos e individuais. Na primeira, há estudos, sobretudo, de natureza lexical como glossários, vocabulários, dicionários e o primeiro estudo de natureza gramatical *O idioma hodierno de Portugal comparado com o do Brasil*, de José Jorge Paranhos da Silva (1879). Na segunda, há a produção monográfica, observando a realidade de áreas específicas não só voltadas para o léxico, mas com enfoques também nos níveis da fonética, morfologia, sintaxe e semântica.

¹³ On peut diviser l'histoire des études dialectologiques au Brésil en deux phases: La première, de 1826, année de laquelle le brésilien Borges de Barros fait paraître une étude dans le livre d'Adrien Balbi, jusqu' à 1920, année de la publication du livre *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral; la deuxième, de 1920 à nos jours.

2.4.2.2 As fases dos estudos dialetais segundo Ferreira e Cardoso

Além dessas duas fases propostas por Nascentes, Ferreira e Cardoso (1994) apresentam uma terceira fase caracterizada pela pesquisa dialetológica aliada ao método da Geografia Linguística. Reconhecem a importância das duas fases definidas por Nascentes e propõem essa **terceira fase** que se inicia com a publicação do Decreto 30.643, de 20 de março de 1952 quando o governo brasileiro, ao definir as finalidades da Comissão de Filologia da recém criada Casa de Rui Barbosa, determinou como principal tarefa a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil.

Nessa fase, importantes autores e suas produções merecem ser considerados:

1) Serafim da Silva Neto acentua no *Guia para Estudos Dialectológicos no Brasil*, de 1957, a necessidade e a urgência de se estudarem falares brasileiros. Já em 1950 ele havia se destacado com a publicação de *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*;

2) Antenor Nascentes publica as *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, em 1958;

3) Celso Cunha em sua obra *Língua portuguesa e realidade brasileira*, datada de 1958, afiança que durante quatrocentos anos a língua portuguesa, no Brasil, seguiu uma deriva diversificadora e que os atlas linguísticos poderiam mostrar tal fato satisfatoriamente;

4) Outro autor, pioneiro na pesquisa geolinguística no Brasil, especificamente na Universidade Federal da Bahia, é Nelson Rossi que coordenou a pesquisa e a publicação do primeiro atlas regional brasileiro, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB*, em 1963.

Após a publicação do *APFB*, outros atlas de caráter regional foram publicados, o que, segundo as autoras consolida uma terceira fase cuja ênfase está baseada, sobretudo, nos estudos de cunho dialetológico e geolinguístico.

2.4.2.3 A nova fase da dialetologia brasileira: a execução do Projeto ALiB

Há ainda, no Brasil, uma quarta fase dos estudos dialetais proposta por Mota e Cardoso (2006, p. 19). Fase que é marcada pela retomada do projeto de elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, o ALiB, em 1996, após quase 50 anos do decreto mencionado. Essa quarta fase caracteriza-se pela pesquisa de campo do Projeto ALiB, pela publicação e divulgação parcial dos resultados, baseados numa visão da dialetologia pluridimensional e com o avanço da geolinguística possibilitará a publicação de um atlas de 3ª geração.

Conforme diz o texto

A nova configuração do mundo contemporâneo, a mobilidade social, a distribuição demográfica, entre outros, constituem-se em fatores que exigem um redirecionamento dos caminhos da metodologia dialetal, sem, contudo, quebrar-se a fidelidade ao princípio de que a Dialectologia cabe, prioritariamente, investigar a diversidade diatópica (CARDOSO, 2006, p. 239-259).

O ALiB utiliza os avanços metodológicos da Geolinguística pluridimensional contemporânea e admite, além da dimensão diatópica, a diagenérica (ou diassexual), a diageracional, a diastrática e a diafásica, conforme Cardoso (2010, p. 51-58, 197-198)¹⁴. Além, é claro, da variação diarreferencial conforme Thun (1998, p. 705).¹⁵

Como se observa, o Projeto ALiB fundamenta-se nos princípios gerais da Geolinguística contemporânea, priorizando a variação espacial ou diatópica e atento às implicações de natureza social que não se pode, no estudo da língua, deixar de considerar. Desse modo, percebe-se que a implementação desse projeto está

¹⁴ *Varição diatópica*: variação linguística registrada em espaços geográficos distintos, assinalando as diferenças que marcam a individualidade de cada área; *Varição diagenérica* ou: variação linguística referente ao gênero dos informantes (homem e mulher); *Varição diageracional*: variação linguística registrada em uma coletividade, decorrente dos diferentes usos relacionados a estratos socioculturais diferenciados; *Varição diastrática*: variação linguística registrada em uma coletividade, decorrente dos diferentes usos relacionados a estratos socioculturais diferenciados; *Varição diafásica*: variação linguística decorrente das diferentes manifestações de uso que o falante pode apresentar conforme o momento de sua elocução e a natureza do seu discurso.

¹⁵ *Varição diarreferencial*: refere-se à variação linguística relativas às referências metalinguísticas e epilinguísticas, às “técnica de entrevista em três tempos”: perguntar – respostas espontâneas – insistir e sugerir. De acordo com Cardoso (2010, p. 62), refere-se à aplicação de perguntas que visam a apurar a posição do informante sobre o modo de falar local, o seu conhecimento da realidade linguística do mundo em que se insere.

contribuindo, sobremaneira, tanto para com os estudos dialetológicos e geolinguísticos quanto para a sociedade brasileira e seus estudiosos no sentido de que além do fazer científico, busca-se aliar as questões sociais e políticas visando contribuir, inclusive, com o ensino de língua portuguesa nas redes estaduais e municipais, e dar subsídios aos professores com a publicação de material didático riquíssimo acerca do “falar brasileiro”, para que dessa forma possa enriquecer o ensino-aprendizagem nas escolas e, quiçá, amenizar o preconceito linguístico junto à clientela estudantil, o que se percebe através dos objetivos propostos pelo projeto:

1. Descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas e léxico-semânticas) consideradas na perspectiva da Geolinguística.
2. Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (linguistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos, etc.), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia, etc.) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.
3. Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas linguísticos e realizar estudos interpretativos de fenômenos considerados.
4. Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento - história, sociologia, antropologia, etc. - de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil.
5. Oferecer aos interessados nos estudos linguísticos um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade linguística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e,

consequentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.

6. Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica. (COMITÊ NACIONAL, 2012)

2.5 O INÍCIO DA PESQUISA DIALETOLÓGICA NO BRASIL: O MARCO DAS PESQUISAS DIALETAIS BRASILEIRAS

Creio que a Geolingüística hoje, neste final de milênio, deve continuar a priorizar a variação diatópica, abrindo, porém, espaço para o controle de outras variáveis como gênero, idade e escolaridade, sem a busca obcecante da quantificação, mas tomando-as, de forma exemplificativa e não exhaustiva, de modo a complementar os próprios dados areais.

(CARDOSO, 2000, p. 415)

Na Bahia, as pesquisas dialetais iniciaram-se na segunda metade do século XX, mais especificamente, no ano de 1955, com a chegada do professor Nelson Rossi à Bahia, que tinha por objetivo profissional instalar um laboratório de fonética experimental na Universidade Federal da Bahia considerando sua experiência na Universidade de Coimbra. O estudo dialetal foi também uma de suas preocupações e interesses. O fruto dessa pretensão deu-se nos idos de 1963 com a publicação do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* – APFB.

Para Rossi (1967, p. 112): “É, talvez, mais que tudo, fazer desde já o melhor que pudermos, com o senso de realismo sem o qual não há nenhuma esperança para a Dialectologia e conscientes de que esta só se aprende a fazer... fazendo”. “Fazer desde já o melhor que pudermos” era o lema de Nelson Rossi, além de outro: “Fazer cada coisa como se dela dependesse a salvação do mundo”. (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 48).

Foi com esse espírito e entusiasmo que o estudioso dedicou-se ao ensino e às pesquisas dialetais na Bahia. Porém, além dessas lições, a sua sabedoria é marcada pela criação de uma equipe estável de dialetólogos, que de alunos,

bolsistas e colegas firmaram-se, posteriormente, como docentes da UFBA, a maioria já aposentada.

Desse modo e colocando em prática um dos seus princípios, **o trabalho em equipe**, Rossi prepara com um grupo de estudantes em Letras, seus alunos, apresentação para expor no *I Congresso Brasileiro da Dialectologia e Etnografia* que aconteceu em Porto Alegre – RS, em 1958. A equipe Baiana apresentou uma comunicação intitulada: *Comércio de ervas medicinais na Feira de Água de Meninos*. Tal pesquisa foi realizada na cidade de Salvador em dez barracas especializadas na venda de ervas medicinais e teve como objetivo o estudo léxico-semântico dos nomes de ervas e de fatos fônicos, como a iotização da consoante lateral palatal (por exemplo, véio > velho, oreia > orelha, foia > folha); a redução do ditongo, como chero > cheiro, vassurinha > vassourinha; a neutralização de // e /r/ em coda silábica, como em marva > malva, além do levantamento das indicações terapêuticas das sessenta espécies das ervas coletadas.

Além desse Congresso, outros colóquios, simpósios e encontros ocorreram na área da Língua Portuguesa: o *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, 1957; o *1º Simpósio de Filologia Românica*, em 1958; o *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, em 1959, em Salvador.

Tais encontros são ressaltados por pesquisadores contemporâneos como acontecimentos fundamentais para a consolidação da dialetologia brasileira. Ainda, em 1959, iniciaram-se as pesquisas para a elaboração do *APFB* que, de acordo com Rossi (1965, p. 13), pode-se “tomar como ponto de partida o ano de 1959 [...], por serem mais estreitas as ligações entre os acontecimentos desse ano e a elaboração do Atlas”.

2.5.1 O Decreto 30.643 e a elaboração do Atlas brasileiro

Salienta-se que desde o ano de 1952 o governo brasileiro pronunciou-se a favor da elaboração de um atlas linguístico do Brasil, ao ponto de publicar o Decreto nº 30.643, de 20 de março e a Portaria nº 536 de 26 de maio, ambos do mesmo

ano¹⁶. Porém, devido às dificuldades encontradas, tal feito não se concretizou e estudiosos tais como Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Antenor Nascentes e Nelson Rossi chegaram à conclusão que deveriam começar os estudos pela feitura de atlas regionais. O que, de fato, foi concretizado, com a publicação, em 1963 do primeiro Atlas regional, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, que serve de *corpus* para esta tese.

O *APFB* tem como autor Nelson Rossi, e como co-autoras Carlota da Silveira Ferreira e Dinah Maria Montenegro Isensee, e contou com o apoio de algumas alunas, nas diferentes etapas de elaboração da obra: a) **preparação dos inquéritos**: Josefina Barletta, Ana Maria Dantas, Judith Freitas, Ana Maria Garcia, Maria Thereza Gomes, Cyva Leite, Edelweiss Nunes, Tânia Pedrosa, Maria Francisca Pimenta; b) **na preparação das cartas**: Josefina Barletta, Judith Freitas, Ana Maria Garcia, Edelweis Nunes e Tânia Pedrosa; c) **na execução final das cartas**: Nadja Maria Cruz de Andrade, Rosa Virgínia Barreto de Mattos Oliveira, Vera Lúcia Reis Moreira Sampaio. No **desenho das transcrições e ilustrações**, atuaram Dario Disnard da Silva, Paulo Mendes de Aguiar, Joaquim Alberto Reis Moreira Sampaio e na **supervisão gráfica**, Salvador Monteiro.

Os trabalhos dialetais, com o tempo, foram se concretizando e merecem destaque os atlas publicados e os que, ainda, estão sendo realizados.

2.5.2 A Geolinguística e os Atlas Linguísticos publicados no Brasil

Assim, a exemplo do *APFB*, outros atlas foram publicados, dos quais se passa a apresentar informações sucintas, em ordem cronológica.

1 - O *Atlas Prévio dos Falares Baiano* (*APFB*), 1963. Coordenado por Nelson Rossi e financiado pelo Instituto Nacional do Livro - INL, o Ministério de Educação e Cultura – MEC, pela Universidade Federal da Bahia. Foi o primeiro Atlas Linguístico brasileiro a ser elaborado e publicado. Tem como co-autoras Dinah Maria Isensee e

¹⁶ No Brasil, o Centro de Pesquisas da Casa Rui Barbosa foi instituído pelo Decreto nº 30.643, de 30 de março de 1952 cujo objetivo era a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil. Uma portaria foi criada a de nº 536, de 26 de maio de 1952 que baixou instruções daquele decreto, em que uma comissão de especialistas em filologia caberia planejar, orientar e fiscalizar os trabalhos a serem feitos. Nascentes foi um dos convidados e foi nomeado (Portaria nº 651, de 31 de julho de 1952) para fazer parte da referida comissão. Na época ressaltou: “Hoje não se discute mais a necessidade de cada país preparar seu atlas lingüístico”.

Carlota Ferreira. O *APFB* contém 154 cartas linguísticas, das quais 44 são resumos das anteriores, com informações lexicais e fonéticas. Partindo de exaustivas análises em sondagens preliminares, elaborou-se um Extrato de Questionário com 182 perguntas. O *APFB* colocou em evidência traços fonéticos, léxicos e semânticos de importante representatividade.

2 - O *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*, 1977. Teve como autores Mário Roberto Lobuglio Zágari, José Ribeiro, José Passini e Antônio Gaio. Foi o segundo atlas linguístico do Brasil e planejado para ser publicado em quatro volumes dos quais se editou o primeiro em 1977 e o segundo está em fase de impressão. O volume I do EALMG contém 73 cartas, das quais 45 são onomasiológicas, com dados lexicais e fonéticos, pertencentes às áreas semânticas: tempo e folgedos infantis, que, juntamente com as áreas semânticas homem, animais, água e terra, e constituem o questionário. As demais cartas apresentam isófonas e isoléxicas de fenômenos destacados. A pesquisa foi direta, *in loco*, em 184 localidades do Estado. Contou, ainda, com uma conversação semidirigida, mediante questionários específicos. Tem um grande valor como documento etnolinguístico e ajuda a explicar a existência de três falares no Estado: falar abaianado, falar apaulistado e falar mineiro.

3 - O *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPB)*, 1984. De autoria de Maria do Socorro Silva de Aragão e Cleuza Bezerra de Menezes. Faz parte de um projeto de pesquisa de “Levantamento Paradigmo-Sintagmático do Léxico Paraibano”, que terá três volumes, dois dos quais já publicados e um terceiro, segundo Aragão (2005, 76), “[...] com o material coletado aguardando condições de elaboração”. O *ALPB* é composto de 149 cartas advindas de pesquisa *in loco* e trouxe, como inovação em relação aos trabalhos dessa natureza, a entrevista de três a dez sujeitos em cada uma das 25 sedes de município que constituíram a rede de pontos e o fato de ser elaborado o questionário em duas partes: a geral, com 289 questões, compreendendo a sete áreas semânticas; e a específica, com 588 questões, com o léxico relativo aos principais produtos agrícolas da Paraíba: mandioca, canade-açúcar, agave, algodão e abacaxi.

4 - O *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS I)*, 1987. De autoria de Nadja Andrade, Suzana Cardoso, Carlota Ferreira, Judith Freitas, Jacyra Mota, Vera

Rollemberg e Nelson Rossi. A elaboração do *ALS*, cujos originais se encontravam prontos desde 1973, baseou-se na experiência obtida pelo *APFB* e dele se tornou uma continuação, tanto que os quinze pontos de inquérito são numerados de 51 a 65 (15 localidades), partindo-se do sul ao norte do Estado. Os informantes foram homens e mulheres. O questionário aplicado partiu do utilizado na Bahia, mas ampliado para 674 questões, das quais, devidamente selecionadas, geraram 182 cartas prioritariamente de itens onomasiológicos incluídos no *APFB*.

5 - O *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR)*, 1994. Trata-se da tese de doutoramento de Vanderci de Andrade Aguilera, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), em 1990 e publicado em 1994. Aguilera objetivou cartografar as variantes lexicais, as variantes fonéticas, a delimitação de isoglossas e a organização de um glossário. Esse último, a pesquisadora optou por adiar sua apresentação para ampliação e revisão dos itens lexicais. Como resultado deste estudo, apresenta 191 cartas geolinguísticas, que contemplam, além das cartas necessárias para a localização e informações relevantes à pesquisa, itens lexicais, aspectos fonéticos, ambas apresentando notas explicativas das variantes registradas, e traça isoglossas da linguagem paranaense. Foram selecionadas 65 localidades no Estado, seguindo inicialmente as sugestões postuladas por Nascentes (1958, p. 21) e feitas as adaptações “levando-se em conta fatores ento-geo-históricos de cada um, incluindo a data de fundação” (Aguilera, 1998, p. 108). As localidades foram numeradas de 1 a 65, dispostas no sentido oeste-leste e do norte para o sul.

6 - O *Atlas Lingüístico de Sergipe II (ALS II)*, 2002. Tese de doutoramento de Suzana Alice Marcelino Cardoso, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 2002 e publicado em 2005. O objetivo da autora foi dar prosseguimento ao atlas anterior, aproveitando os dados coletados entre 1963 e 1964 e não explorados. Caracteriza-se como um atlas bidimensional, uma vez que enfoca duas variáveis, a diatópica e a diagenérica. Uma importante inovação apresentada pelo *ALS II* é que suas cartas, além do registro geolinguístico, avançam na interpretação dos fenômenos observados, apresentando comentários às cartas linguísticas, sendo considerado, então, um atlas de segunda geração.

7 - O *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)*, 2002. Sob a coordenação geral de Walter Koch (UFRGS), em 1987 se formou a equipe –

interinstitucional –, constituída de três grupos estaduais, sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foram publicados os volumes I e II, em 2002, o primeiro tratando de questões metodológicas e o segundo apresentando as cartas fonéticas e morfossintáticas.

O *ALERS* foi constituído pela aplicação de um questionário que se divide em três partes: Questionário Fonético-Fonológico (QFF, com 50 perguntas); Questionário Morfossintático (QMS, com 75 perguntas); Questionário Semântico-Lexical (QSL, com 610 itens e cerca de 800 perguntas). Os 275 pontos linguísticos foram escolhidos seguindo as orientações de Antenor Nascentes (1958) e a importância histórica dos municípios, priorizando a zona rural, dado o interesse dos autores pela fala mais conservadora. Os informantes são homens e mulheres, com grau de instrução analfabetos ou semi-analfabeto até a 4.^a série do Ensino Fundamental e na faixa etária entre 28 e 58 anos, enquanto que, na zona urbana, foram entrevistados sujeitos de três níveis de escolaridade: Analfabeto ou Alfabetizado, com Ensino Fundamental e com Ensino Médio. O *ALERS* é pioneiro em abranger mais de um Estado da Federação. Os três estados englobados apresentam particularidades linguístico-etnográficas decorrentes do processo de povoamento da região, de influência açoriana, alemã, italiana, espanhola, polonesa, japonesa, entre outras.

8 - O *Atlas Lingüístico Sonoro do Estado do Pará* (ALISPA) é um projeto integrado ao Atlas Linguístico do Pará (ALIPA), coordenado por Abdelhak Rasky, da Universidade Federal do Pará, concluído em 2004. Este abrange as dez cidades correspondentes à pesquisa urbana do ALIPA. A coleta de dados foi feita através de um questionário de natureza fonético-fonológico, sendo uma adaptação do Questionário Fonético Fonológico do Projeto ALiB, com 157 perguntas, aplicado a 4 informantes por cidade – dois homens e duas mulheres –, pertencentes a duas faixas etárias (18 a 30 e 40 a 70), e com grau de escolaridade até a 4.^a série.

9 - O *Atlas Lingüístico do Amazonas* (ALAM). Tese de doutorado defendida por Maria Luíza de Carvalho Cruz, em 2004. A rede de pontos conta com nove localidades distribuídas pelas diferentes microrregiões do Estado, considerando-se as bacias hidrográficas dos principais afluentes do Rio Amazonas. Não publicada.

10 - O *Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul* (ALMS), publicado em 2007. Contou com apoio do CNPq, FUNDECT e PROPP/UFMS. Foram selecionadas 32 localidades do Estado do Mato Grosso do Sul, a partir de entrevistas com 128 informantes, homens (64) e mulheres (64) em duas faixas etárias, totalizando cerca de 3.200h de gravação. As cartas linguísticas foram elaboradas por meio do programa computacional SPGDL (sistema de processamento de Dados Geolinguísticos), e, posteriormente, editadas em programa de computação gráfica pelo geógrafo Ary Rezende Filho. São 47 fonéticas, 158 léxicas e 07 morfossintáticas.

11 - O *Atlas Geolinguístico do Litoral Potiguar* (ALiPTG), Tese de doutorado defendida Maria das Neves Pereira, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2007. Tem por objetivo ampliar o conhecimento da língua portuguesa do Brasil e obter dados para estudos da variação linguística no espaço, na forma da coleta de dados e no tratamento cartográfico de variantes usadas no Rio Grande do Norte. A rede de pontos constituiu-se de 05 localidades, 24 informantes, homens e mulheres em faixa etárias diferentes. A tese constitui-se, de dois volumes: o primeiro volume apresenta a parte teórica, com os fundamentos teóricos e metodológicos; o segundo volume traz 80 cartas, assim distribuídas: 35 fonéticas, 10 morfossintáticas e 35 léxicas, além de 08 cartas geográficas introdutórias. Não publicada.

12 - O *Atlas Linguístico do Estado do Ceará* (ALECE), último atlas a ser elaborado, até o momento, é o nono Atlas publicado no Brasil e teve a coordenação de José Rogério Fontenelle Bessa, além da equipe formada por alguns dos mais importantes estudiosos da área, como José Alves Fernandes, José Pinheiro de Souza, Alexandre Caskey, Hamilton Cavalcante de Andrade, Mário Roberto Zagari, Ignácio Ribeiro P. Montenegro e José Carlos Gonçalves. Teve uma maior preocupação com a questão de sua relevância social. Essa preocupação se reflete claramente nos objetivos, na metodologia e nas 250 cartas linguísticas que compõem o segundo volume do atlas. Foi lançado em junho de 2010, em Fortaleza, em dois volumes, cujo mapeamento da língua falada no Ceará, contém informações capazes de subsidiar estudos de linguistas, lexicógrafos, gramáticos, historiadores, sociólogos e pedagogos.

Como se observa, no Brasil, nas últimas décadas, houve uma significativa produção de atlas regionais e uma grande expansão nos estudos dialetológicos e geolinguísticos no país, além de incentivos a outros novos pesquisadores através de bolsas de Iniciação Científica, de Mestrado e/ou Doutorado.

Salienta-se, ainda, que aliado a essa considerada produção de atlas, há o incentivo dos cursos de pós-graduação voltados para a Diversidade Linguística, como o que ocorre na UFBA que mantém uma linha de pesquisa em Linguística Histórica com projetos atuantes como o Projeto ALiB. Além desse, há o Projeto Vertentes, vinculado ao Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia – UFBA e coordenado pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi, o qual tem como objetivo traçar um panorama sociolinguístico do português popular do Estado da Bahia, considerando os seguintes parâmetros: a relevância do contato entre línguas na sua formação histórica, por um lado, e os processos atuais de difusão linguística a partir dos grandes centros urbanos, por outro.

2.5.3 A Geolinguística e os Atlas Linguísticos em andamento no Brasil

Além dos atlas linguísticos já publicados, muitos outros projetos encontram-se em andamento e ganharam um novo impulso motivados pela concretização do Projeto ALiB, alguns tendo neste a base metodológica para sua elaboração.

1- O Projeto *Atlas Linguístico do Maranhão* (ALIMA). Coordenado por Conceição Maria de Araújo Ramos, encontra-se em fase de pleno desenvolvimento. Tem 18 pontos de inquéritos, 76 informantes. Adota os questionários do Projeto ALiB (QSL, QFF e QMS), com acréscimo de 50 perguntas, e questionários específicos voltados para a realidade regional maranhense.

2 - O Projeto *Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte* (ALiRN). Em elaboração e fase de implantação. Conta com 10 pontos de inquéritos, 44 informantes e adota os Questionários do Projeto ALiB (QSL, QFF e QMS) e acrescenta os específicos.

3 - O Projeto *Atlas Linguístico de Mato Grosso* (ALiMAT). Em fase de implantação e constituído por José Leonildo Lima, Judith Albuquerque, Antônio Tadeu de Azevedo, Cássia Regina Tomanin, Liliane Batista Barros, Maria José

Marques, Valéria Cardoso, Wellington Quintino e Zeneide Souza. Tem 22 pontos de inquéritos e 92 informantes. O questionário foi elaborado segundo os parâmetros do Projeto ALiB.

4 - O *Atlas Linguístico do Estado de São Paulo (ALESP)*. Idealizado por Pedro Caruso. Conta com 100 pontos de inquéritos e 268 informantes. Encontra-se com a etapa de inquérito terminada e com o material gravado em fase de transcrição fonética. O levantamento linguístico foi realizado em 100 localidades do Estado, com base no questionário publicado em 1983 e que se organiza fundamentalmente em duas grandes áreas semânticas - Terra e Homem. A primeira, com 141 perguntas, subdivide-se em: a) natureza (fenômenos atmosféricos, astros, tempo); b) flora (árvores, frutos); c) plantas medicinais; d) fauna. A segunda, com 161 questões, subdivide-se em: a) partes do corpo, funções, doenças; b) vestuário, calçados; c) agricultura, instrumentos agrícolas; d) brinquedos e jogos infantis. Há, ainda, seis perguntas sobre lendas e superstições (boitatá, caipora, lobisomem, saci, mula-sem-cabeça, curupira) e uma seção denominada de Experiência Pessoal, constituída apenas da pergunta 317, que tem por objetivo recolher subsídios para o estudo das variações morfossintáticas.

5 - O *Atlas Geo-Sociolingüístico do Pará (ALIPA)*. Coordenado por Abdelhak Razky, tem uma rede prevista de 61 localidades distribuídas pelas seis mesorregiões do Estado do Pará (10 urbanas e 51 rurais). São ao todo 624 informantes. O questionário compõe-se de duas partes: uma geral, que contempla as áreas semânticas *terra* e *homem* e, ainda, lendas e superstições e narrativa pessoal, e outra vinculada a aspectos específicos da região investigada.

6 - O Projeto *Atlas Linguístico do Espírito Santo (ALES)*. Com uma equipe multidisciplinar coordenada por Catarina Vaz Rodrigues, a qual acredita que o Estado possui características linguísticas próprias, é um projeto recentemente iniciado.

7 - O Projeto Atlas Linguístico do Acre (ALAC). Coordenado pelo Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, da Universidade Federal do Acre, adotou, em 2009, a metodologia do projeto ALiB para as entrevistas do QFF e tem como Consultora Maria do Socorro Aragão (UFPB). No entanto, as novas entrevistas aguardam financiamento dos órgãos de fomento. No momento, a autora do projeto,

Luísa Lessa (UFAC) encontra-se organizando um volume contendo as primeiras cartas léxicas do *corpus* coletado na década de 1990.

Observa-se que os projetos dos atlas foram concebidos com base nas orientações propostas por Nascentes (1958; 1961) e da referência dos Atlas já publicados. Dessa forma, “cada projeto procura adequar-se à realidade regional da área coberta, tanto no que se refere à definição do número de pontos quanto na incorporação de elementos de natureza regional na elaboração do questionário linguístico” (Isquerdo, 2006, p. 341).

2.6 FATORES EXTRALINGUÍSTICOS: VARIAÇÃO DIATÓPICA, DIASTRÁTICA, DIAFÁSICA, DIAGERACIONAL E DIAGENÉRICA

A grande variação lingüística brasileira é explicada, no entender do filólogo Antônio Houaiss, pelo processo de colonização do país: “dialetação horizontal por influxo indígena e diferenciação vertical entre a fala do luso e a fala do nascido e criado na terra”. Da reunião dessa variedade de componentes vem a máxima de que o português do Brasil caracteriza-se, ao mesmo tempo, pela unidade na diversidade e pela diversidade na unidade.

(LEITE; CALLOU, 2005, p. 9)

Toda língua histórica apresenta uma estrutura fônica, gramatical e léxica definida e distinta das demais. Nesse sentido, geralmente, em uma língua histórica, como a portuguesa, existem tipos fundamentais de diferenças internas a serem diferenciadas. Citam-se:

1. *Diferenças diatópicas*, relacionadas às diferenças de espaço geográfico. Exemplos de Ferreira e Cardoso (1994, p. 12-13): **bergamota**, **mexerica**, **tangerina**, para designar certa fruta cítrica, respectivamente no Rio Grande do Sul, Nordeste em geral, Rio de Janeiro. Outro exemplo: **passar mal**, significando, no RS, “grave problema de saúde”, e “mal-estar, sem grande conseqüências ou importância” no RJ (SILVA, 2003);
2. *Diferenças diastráticas*, relativas às diferenças entre os distintos estratos socioculturais da mesma comunidade idiomática. Exemplos:

- pobrema** por **problema**, **poliça** por **polícia**, **seje** por **seja**, **esteje** por **esteja**, de uso freqüente em grupos de baixa escolaridade (SILVA, 2003);
3. *Diferenças diafásicas*, relacionadas às diferenças entre os tipos de modalidades expressivas, de estilos distintos, segundo as circunstâncias em que se realizam os atos de fala. Exemplos: **a gente** vs. **nós**, como forma inovadora de auto-designação de sujeito. Outro exemplo é **tchê, cara, ô meu**, com tratamento informal para com um interlocutor no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente (SILVA, 2003);
 4. *Diferenças diageracionais*, relativas às diferenças de faixas etárias **anta** (significando “esperto”, para uma geração de faixa etária mais alta, no Rio Grande do Sul) e **tolo** (para os cariocas em geral); **vigir** por **viger**, **o alface** por **a alface**, **pespectiva** por **perspectiva**, **beneficiência** por **beneficência**, com emprego disseminado por grupos escolarizados, de diferentes níveis e faixas etárias; **fateco**, **casquinha**, **côdea**, para designar a camada externa do pão, segundo se colheu no discurso informal de paraenses, cariocas, sendo **côdea** restrito a faixa etária mais elevada (SILVA, 2003);
 5. *Diferenças diagenéricas*, relativas às diferenças de sexo (masculino ou feminino), como por exemplo, no vocabulário do seringueiro acreano, no qual há uma tendência dos informantes do sexo feminino a fazerem uso do diminutivo para os instrumentos de trabalho do mesmo: **facazinha** ao invés de **faca**, **laminazinha** ao invés de **lâmina**, **poronguinha**, no lugar de **poronga**, **caxazinha** ao invés de **caixa**, **lamparinazinha** ao invés de **lamparina**, e assim sucessivamente, de acordo com (MACÊDO, 2005, p. 157).

Às diferenças diatópicas, diastráticas e diafásicas, correspondem três tipos de subsistemas que possuem internamente relativa homogeneidade garantida pela soma dos traços linguísticos coincidentes. Assim, a partir dessas coincidências pode-se dizer que existem:

- a) *unidades sintópicas*, identificadas mais comumente como dialetos: o dialeto nordestino, o dialeto de Fortaleza, dos Açores, de Portugal, do Acre, etc.;
- b) *unidades sinstráticas*, identificadas como as de estratos sociais, temos como exemplos a linguagem culta, a da classe média, a linguagem popular, etc.;
- c) *unidades sinfásicas*, ou de estilo de língua, por exemplo, temos: a linguagem formal, a familiar, a literária etc.

Percebe-se, no entanto, que em cada unidade sintópica, por exemplo, em um dialeto de determinada região, poderá haver diferenças diastráticas (socioculturais) ou diafásicas (de estilo). Além disso, em cada unidade diastrática, por exemplo, a linguagem culta, a linguagem popular, há diferenças diatópicas (regionais) e diafásicas (de estilo); e em cada unidade sinstrática, por exemplo, na linguagem familiar, há diferenças diatópicas e diastráticas.

Compreende-se, então, porque os falantes de uma mesma língua, mas de regiões distintas, têm características linguísticas diversificadas e mesmo se pertencerem à mesma região também não falam da mesma maneira, uma vez que apresentam os diferentes estratos sociais e as circunstâncias diversas da comunicação. Tais evidências deixam nítida a complexidade de um sistema linguístico e de toda a variação nele contida.

Desse modo, a fim de compreender a relação de dialeto com a língua histórica é indispensável compreender o conceito de isoglossa.

2.7 O CONCEITO DE ISOGLOSSA

Segundo Dubois et al. (2004, p. 354), isoglossa é

a linha ideal que separa duas áreas dialetais que oferecem para um traço dado formas ou sistemas diferentes. A isoglossa (ou linha de isoglossa) é representada num mapa lingüístico por uma linha que separa os pontos em que se encontra um traço dado daqueles em que este não se encontra. [...]. Um conjunto de isoglossas superpostas ou próximas é chamado de feixe de isoglossas e marca limites ou fronteiras lingüísticas.

Ferreira e Cardoso (1994, p. 16) definem *dialeto* como um *feixe de isoglossas* que somadas mostram uma relativa homogeneidade dentro de uma comunidade linguística em confronto com outras. Essa relativa homogeneidade, demonstrada pelo conjunto de isoglossas, leva ao entendimento de que não existem limites rígidos entre as línguas, considerando que toda língua histórica é constituída por um conjunto de dialetos.

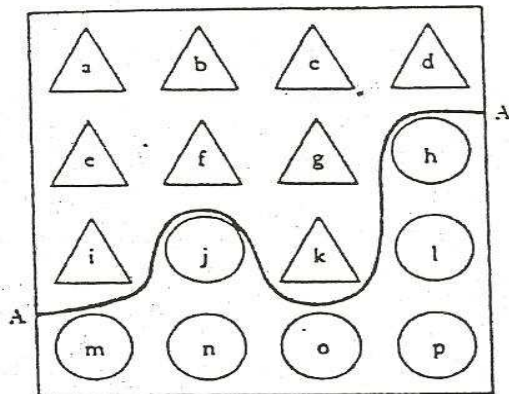
De acordo com Ferreira e Cardoso (1994, p. 12-13), isoglossa é “uma linha virtual que marca o limite, também virtual, de formas e expressões linguísticas”.

Assim, uma *isoglossa* é a fronteira geográfica de certa característica linguística, por exemplo, a pronúncia de uma vogal, o significado de uma palavra ou o uso de uma característica sintática.

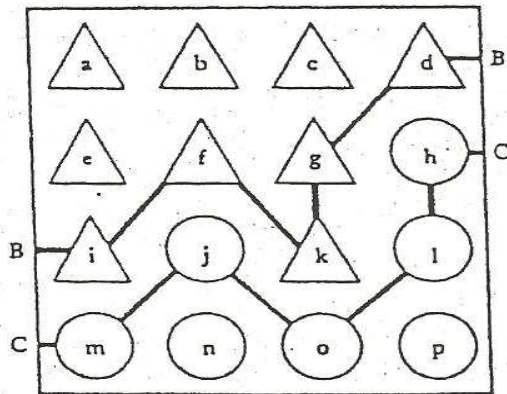
2.7.1 O significado literal de isoglossa

O termo isoglossa significa literalmente “*igual língua*”. Segundo Silva (1945, vol. VI, p. 25), vem do grego *isos*, igual + *glossa*, língua. Foi usado pela primeira vez por J. G. A. Bielenstein, um dialetólogo letão, em 1892. É uma palavra baseada no termo meteorológico isoterma, a linha que divide dois lugares e com a mesma temperatura média. O nome é inspirado em *isogramas* como *isóbaras*. Porém, a isoglossa separa, ao invés de conectar, pontos de línguas iguais.

Vejamos pelas ilustrações dos mapas 7.1 com uma isoglossa simples e o mapa 7.2 com duas linhas, uma heteroglossa, retirados de Chambers e Trudgill (1994).



Mapa 7-1. Una línea simple, A, separa la región en la que se da la característica Δ de aquélla en la que se encuentra su contrapartida \circ . La línea A es una ISOGLOSSA



Mapa 7-2. Dos líneas separan las regiones en las que se dan Δ y \circ . Las líneas unen hablantes con la característica Δ (línea B) y aquéllos con la característica \circ (línea C). Las dos líneas forman una HETEROGLOSSA

Figura 4 - Mapa 7.1 demonstra uma isoglossa simples e o mapa 7.2 demonstra duas isoglossas ou heteroglossa.

Fonte: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. *La dialectología*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 140.

No mapa 7.1 tem-se uma *isoglossa de linha simples*, chamada de A, que separa a região em que se dá a característica em forma de triângulo (a, b, c, d, e, f, g, i e k) daquela em que se encontra a sua contrapartida em forma de círculo (h, j, l, m, n, o, p).

No mapa 7.2 tem-se duas linhas que separam as regiões em que ocorrem as isoglossas representadas pelos triângulos e as isoglossas representadas por círculos. As linhas unem os falantes com as características de triângulo (linha B) e

aquelas com características de círculo (linha C). As duas linhas formam uma *heteroglossa* que são as linhas duplas.

2.7.2 Isoglossa quanto à natureza dos dados

Quanto à natureza dos fatos linguísticos, uma isoglossa pode-se dividir as isoglossas em três tipos: isoléxicas, isófonas e gramaticais, a saber:

- a) **Léxica** – é a isoglossa delineada com base em elementos lexicais. Demarca as regiões em que determinada palavra é preferida em detrimento de outra para denominar o mesmo objeto. Chama-se isoléxica e aponta semelhança designativa de grande parte do falar baiano, excluindo o Sul, como no exemplo da figura 7 (p. 91, *borrego*, do *APFB*);
- b) **Fônica** – é a isoglossa delineada de uma forma mais precisa, estabelecida através de elementos fonéticos. Neste caso, chama-se isófona e demarca a fronteira entre as regiões em que se realiza determinado traço fonético. Exemplo de uma isófona é (ainda com base no falar baiano), a seleção de três respostas para “o que é estrela cadente”, no *APFB*. As respostas foram: *zelação* (+ frequente), *velação*, *exalação*, esta com apenas 3 ocorrências), como na figura 5 (p. 89); já no Paraná, a “área do *leite quente*” delimita a isofonia de determinadas produções que contemplam a produção do /e/ final átono (SILVA, 2003).

Os exemplos de isófonas e isoléxicas podem ser constatados nos mapas 1 e 2, respectivamente, elaborados por Ferreira e Cardoso, com base nos dados do *APFB* (1963) e do *ALS* (1987). No Mapa 1 temos um exemplo de isófonas da líquida velarizada e alveolar e da vibrante retroflexa no *APFB* e *ALS*. No Mapa 2 temos um exemplo de isoléxicas (estrela cadente) no *APFB* e *ALS*.

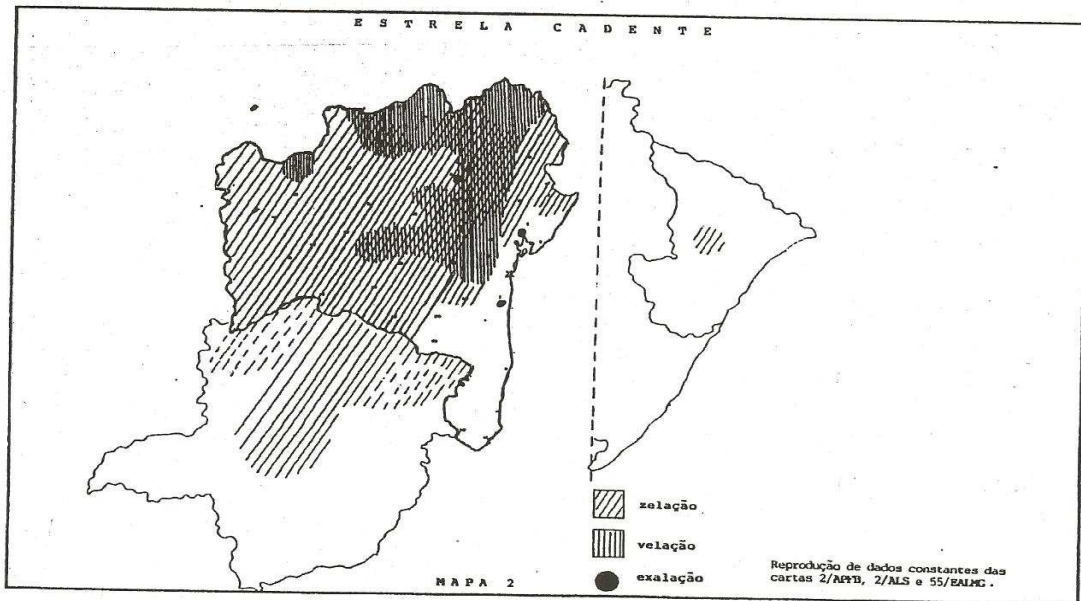
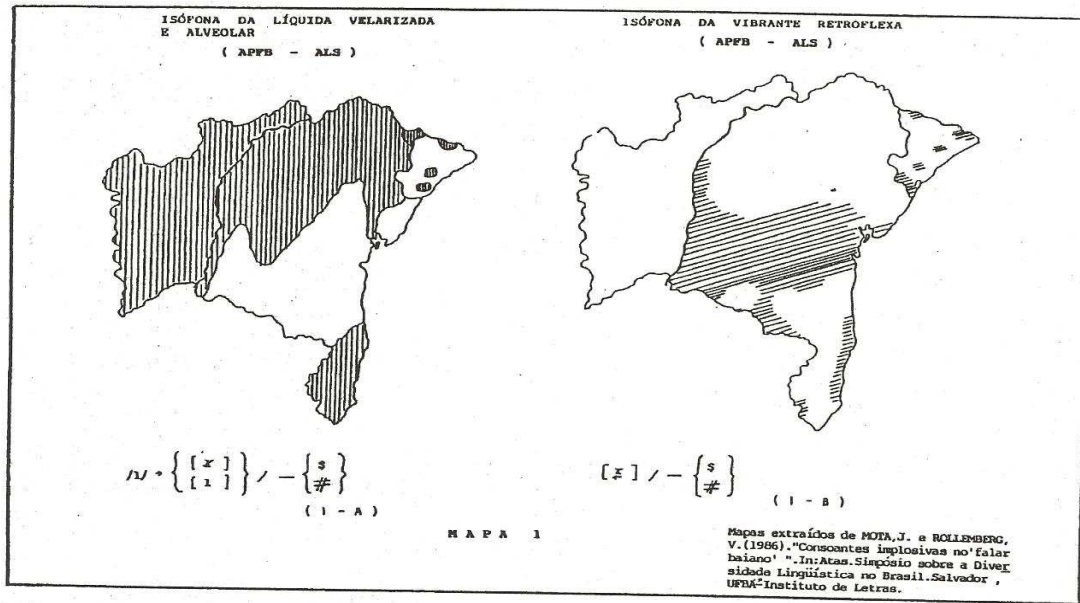


Figura 5 - Mapa 1 - Isófonas da líquida velarizada e alveolar e da vibrante retroflexa no APFB e ALS e Mapa 2 - Isoléxicas (estrela cadente) no APFB e ALS.

Fonte: Carta do APFB (1963) e do ALS (1987). In: FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994, p. 14-15.

No Brasil, temos isoglossas demarcadas e definidas, por exemplo, no *ALERS*, que demonstra o uso do **tu** e **você** no tratamento de “irmão com irmão”, conforme Figura 6 a seguir:

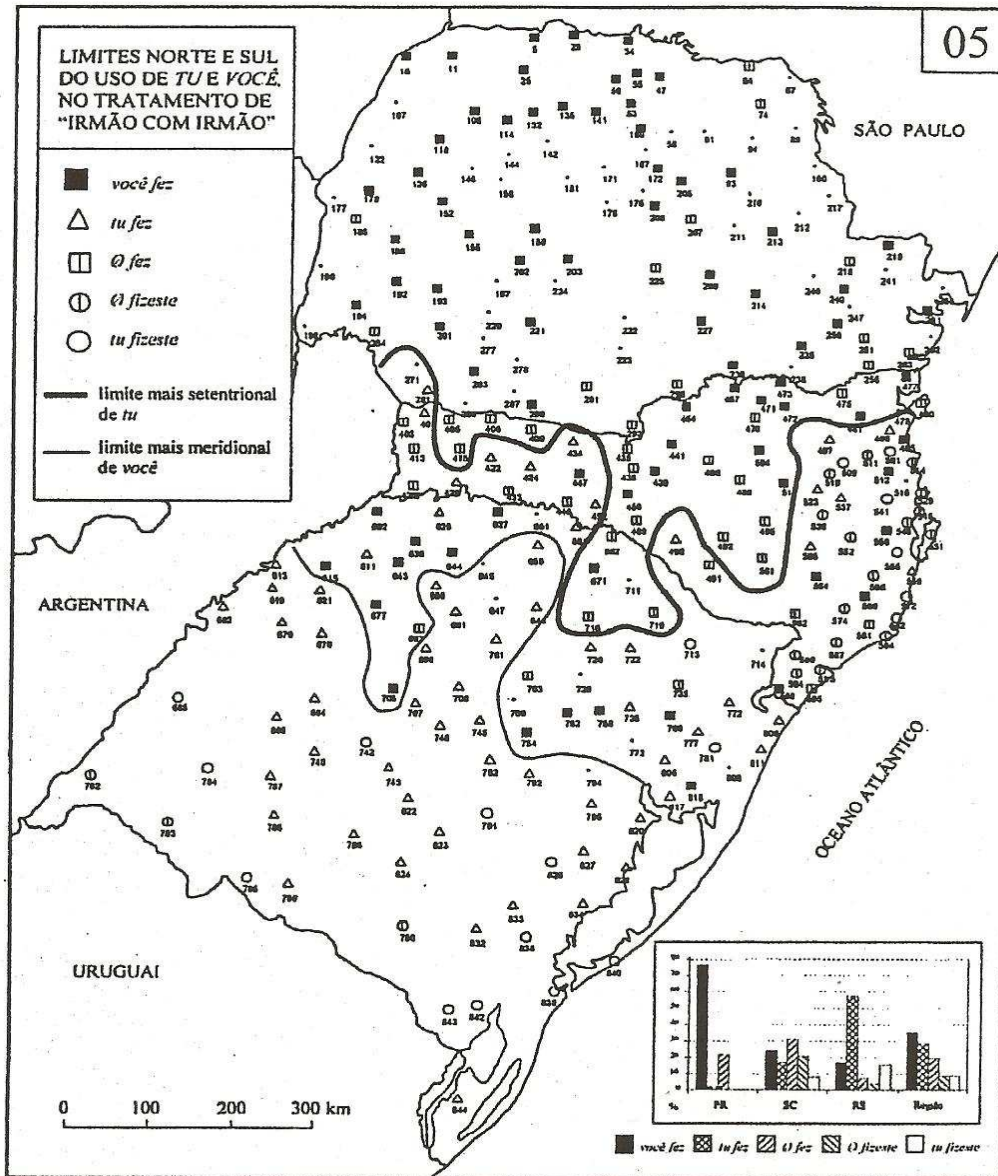
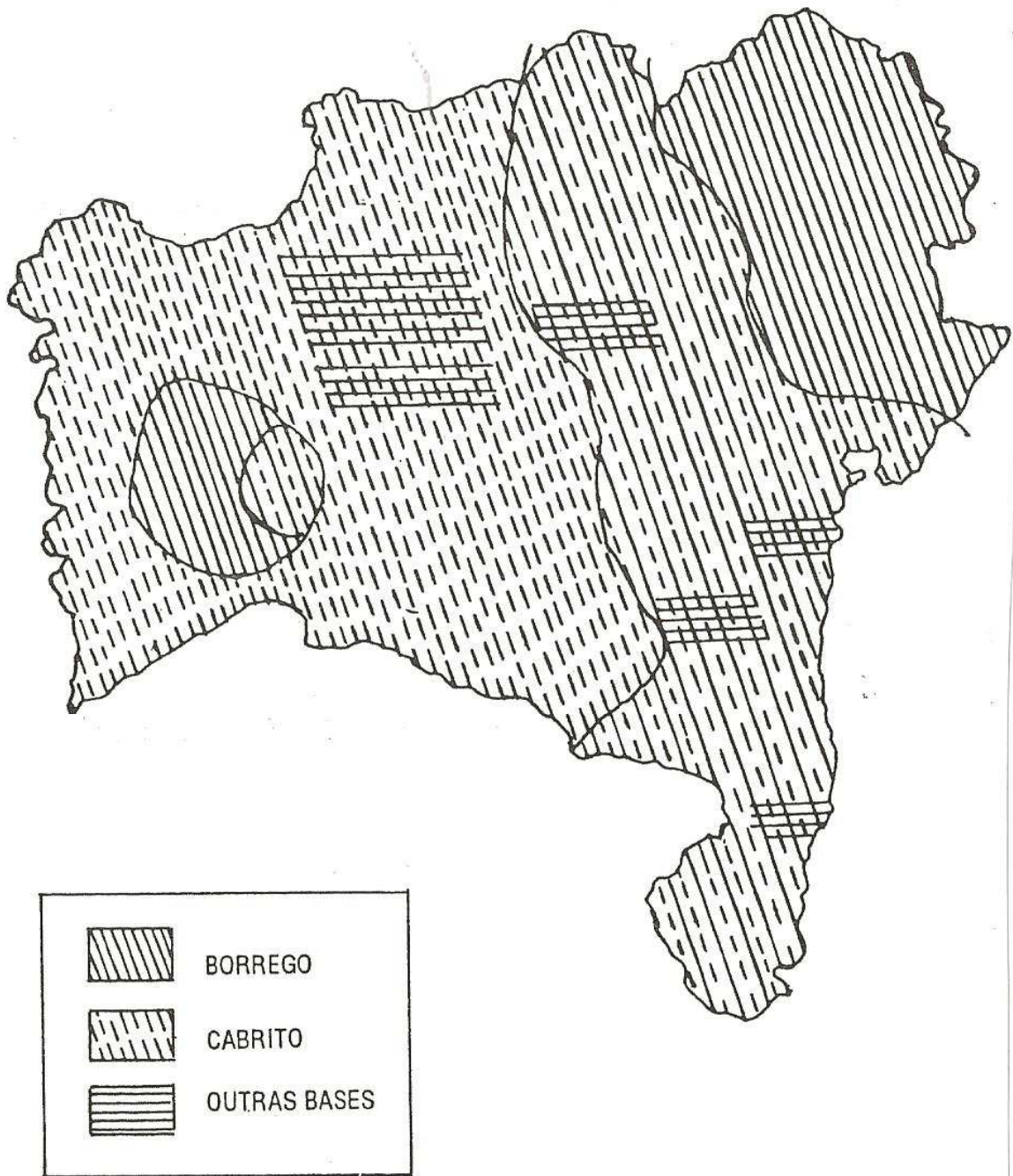


Figura 6 - Mapa de limites norte e sul do uso de *tu* e *você* no tratamento de “irmão com irmão”, no *ALERS*.

Fonte: ALTENHOFEN, Cléo Wilson. Áreas Lingüísticas do Português Falado no Sul do Brasil: um balanço das fotografias geolinguística do *ALERS*. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. *A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina, Eduel, 2005, p. 207.



MAPA 3

Distribuição na Bahia
de *borrego*, *cabrito* e *outras bases*

Figura 7- Distribuição na Bahia de borrego, cabrito e outras bases, presentes no APFB.
Fonte: CARDOSO, Suzana. Designações para 'cria da ovelha' e a história do Português do Brasil. In: FERREIRA, Carlota et. al. *Diversidade do Português do Brasil: estudos de dialectologia rural e outros*. 2 ed. Salvador: Centro Editorial didático da UFBA, 1994, p. 134.

c) Gramaticais – essas isoglossas são de três tipos:

1. **Morfológicas** – são as que apresentam diferenças paradigmáticas, flexionais e derivacionais entre duas regiões. Delineada de uma forma mais precisa, é estabelecida através de elementos fonéticos. Neste caso, chama-se *isófona* e demarca a fronteira entre as regiões em que se realiza determinado traço fonético. Como exemplo de isomorfa, temos: *cantemo, falemo, busquemo*, em que a VT (vogal temática) se concretiza [e], alternando com [a] de cantamos, falamos, buscamos) – essas isoglossas exemplificam diferenças socioculturais (SILVA, 2003).

2. **Semânticas** – são as que apresentam diferenças de significado de uma região para outra. Cita-se como exemplo as designações para *galinha-d'angola*, no Português Falado do Maranhão, cujas variações semântico-lexical são: *galinha-d'angola, angola, capote, catraio, cocar, guiné e tô-fraco*. (ALVES; BARROS, 2009).

3. **Sintáticas** – são aquelas que se referem a alguns aspectos da construção das orações. Um exemplo de uma isoglossa sintática é o uso dos pronomes clíticos, no Brasil. Aqui se utilizam as estruturas proclíticas em vez de enclíticas, por exemplo: **me dê um cigarro** (preferencial no Brasil) em relação a **dê-me um cigarro** (preferencial em Portugal) (SILVA, 2003).

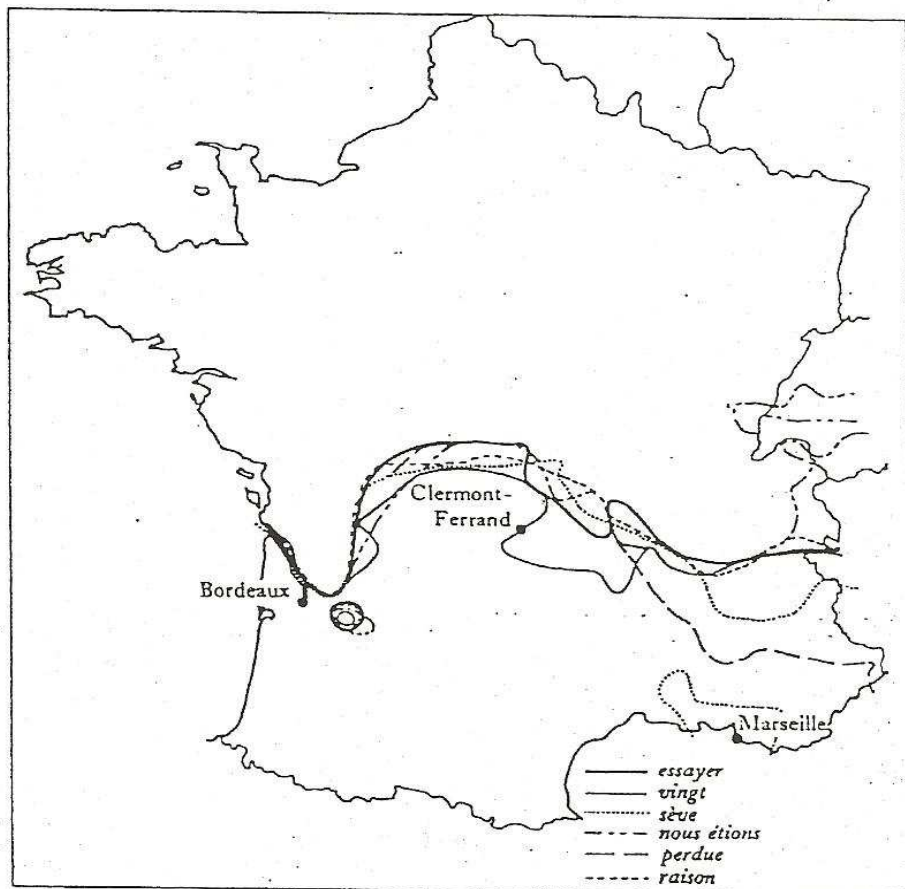
As isoglossas são *diatópicas*, horizontais, quando apresentam distinções espaciais e *diastráticas*; verticais, quando apresentam distinções sociais; são isófonas isomórficas, sintáticas ou isoléxicas pela natureza dos dados analisados.

2.7.3 Padrões de isoglossas

Pelas distintas pesquisas o que se tem observado é que certos padrões de isoglossas se repetem com frequência. Além disso, há a ausência de um padrão único de isoglossas nos estudos realizados. Os dialetólogos abandonaram princípios

como o da regularidade da variação linguística, uma vez que a isoglossa cria uma emaranhada variedade de combinações em relação aos elementos dialetais.

Aliás, cada isoglossa apresenta um único traço linguístico e não todo o conjunto de traços que separa uma área dialetal. A coincidência de um conjunto de isoglossas se denomina de **feixe**. Por exemplo, temos a pesquisa de Gilliéron e Edmont com *langue d'oc* e *langue d'oïl*¹⁷, conforme figura 8.



Mapa 7-6. Varias isoglossas coinciden, aproximadamente, en dividir Francia en dos áreas dialectales venerables conocidas como *langue d'oc* y *langue d'oïl*. Se denomina a la coincidencia de isoglossas HAZ (según Jochnowitz 1973).

Figura 8 - Mapa 7-6 – Isoglossas que dividem a França em duas áreas dialetais.

Fonte: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. *La dialectologia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, p. 147.

¹⁷ Os termos *langue d'oc* e *langue d'oïl* servem para marcar a delimitação, na França, de duas áreas dialetais, a do sul e a do norte, respectivamente.

2.7.4 Hierarquização das isoglossas

Pela hierarquização das isoglossas podemos dizer que umas são mais significativas que outras. No entanto, ao longo da história da Dialetologia, não se encontrou um procedimento satisfatório que determinasse qual isoglossa deva ser considerada superior a outra. A falta de uma teoria sobre o assunto constitui um ponto deficiente da Geografia Linguística.

2.7.5 Correlações Culturais das isoglossas

Os dialetólogos têm observado que as isoglossas se correspondem bastante firmemente com algum tipo de cultura local. Temos como exemplo os topônimos de Massachusetts e dos encontrados no LANE – *Linguistic Atlas New England* no qual se descobriram três áreas dialetais principais.

Feitas essas considerações de cunho dialetológico e geolinguístico, necessário se faz esclarecer de modo sucinto alguns termos da lexicologia, lexicografia em função do glossário apresentado no vol. 3.

2.8 LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA, TERMINOLOGIA, LÉXICO

*Cada termo de uma língua possui diversos registros que, segundo o caso, se isolam ou se interpenetram e ocupam um lugar diferente no interior dos sistemas hierárquicos, autônomos ou complementares.*¹⁸

(MATORÉ, 1953, p. 29 apud ANDRADE, 2001, p. 191)

Nas últimas décadas, é notório o desenvolvimento observado nas áreas da lexicologia, lexicografia e terminologia o que tem evidenciado a importância das pesquisas que vêm sendo empreendidas, bem como suscitado reflexões a respeito das suas divergências e convergências, uma vez que envolvem finalidades, âmbitos de atuação, além de conceitos operacionais diferenciados e específicos.

¹⁸ “Chaque terme d’une langue appartient à plusieurs registres qui, suivant les cas, s’insolent ou s’interpénètrent et occupent une place différent l’intérieur de systèmes hiérarchiques, autonomes ou complémentaires”.

2.8.1 Lexicologia

Lexicologia é definida como:

o estudo científico do léxico, isto é, propõe-se a estudar o universo de todas as palavras de uma língua, vistas em sua estruturação, funcionamento e mudança, cabendo-lhe, entre outras tarefas: definir conjuntos e subconjuntos lexicais; examinar as relações do léxico de uma língua como universo natural, social e cultural; conceituar e delimitar a unidade lexical de base - a lexia -, bem como elaborar os modelos teóricos subjacentes às suas diferentes denominações; abordar a palavra como um instrumento de construção e detecção de uma “visão de mundo”, de uma ideologia, de um sistema de valores, como geradora e reflexo de sistemas culturais; analisar e descrever as relações entre a expressão e o conteúdo das palavras e os fenômenos daí decorrentes. (BARBOSA, 1991 apud ANDRADE, 2001, p.191).

Câmara Jr. (1986, p. 158) afirma que Lexicologia é “o termo usado por alguns gramáticos para designar o estudo dos vocábulos, tanto em sua flexão, quanto nos processos para sua derivação e composição”.

Para Dubois et al. (2004, p. 372), Lexicologia “é o estudo científico do vocabulário”. Existem estudos de formas lexicais desde a antiguidade. Entretanto, uma verdadeira lexicologia não pode se fundar sem submeter essa noção crítica. A Lexicografia é amplamente anterior à Lexicologia, uma ciência muito recente.

A Lexicologia tem como objetos básicos de estudo e análise a palavra, a categorização gramatical e a estruturação do léxico. Além disso, mantém uma estreita relação com a Semântica, pois, se ocupa do léxico e da palavra, considerando a sua dimensão significativa. Faz também fronteira com a Morfologia, por se ocupar da problemática da formação das palavras; e com a Dialetoleologia e a Etnolinguística, ao passo que se debruça sobre o estudo da relação entre língua e cultura. (BIDERMAN, 2001a).

Tradicionalmente, os estudiosos da Lexicologia se ocuparam mais da problemática da formação de palavras e do estudo da criação lexical, os neologismos. A partir da década de cinquenta, muitas pesquisas foram realizadas em Estatística Léxica visando obter resultados aplicáveis ao ensino-aprendizagem do vocabulário.

A Lexicologia é definida, ainda, como “uma disciplina teórica e científica do léxico que é o conjunto de palavras (unidades lexicais) de uma dada língua” (SILVA, 2009, p. 88-89).

Lexicologia e Lexicografia são disciplinas que têm como objeto de estudo o léxico e descrição deste. Porém, o fazem de maneiras distintas.

2.8.2 Lexicografia

De acordo com Biderman (2001a, p. 17) a Lexicografia é “a ciência dos dicionários”. É uma atividade antiga e tradicional. A Lexicografia ocidental iniciou nos princípios dos tempos modernos. Embora tivesse precursores nos glossários latinos medievais, essas obras não passaram de listas de palavras explicativas que auxiliavam o leitor de textos da antiguidade clássica e da Bíblia na sua interpretação.

De fato, a Lexicografia só teve seu início nos séculos XVI e XVII com a elaboração dos primeiros dicionários monolíngues e bilíngues (latim e uma língua moderna). Assim, os primeiros dicionários reconhecidos como de maior respeitabilidade em língua portuguesa, são dois: o *Vocabulário Português-Latino* de Rafael Bluteau (1712-1728), obra bilíngue em 8 volumes e o *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antônio Morais Silva (1ª ed. 1789; 2ª ed. 1813). Em relação aos dicionários técnico-científicos, no português, são obras dos séculos XX e XXI que estão apenas começando.

Ao longo desses últimos séculos, a descrição do léxico foi efetivamente realizada pela Lexicografia e não pela Lexicologia. Contudo, essa tarefa foi executada como uma práxis pouco científica. A análise da significação das palavras tem sido objeto principal da Lexicografia. Aliás, é muito recente, o advento de um fazer lexicográfico fundamentado numa teoria lexical e com critérios científicos. Atualmente, em relação à Lexicologia – que se dedica numa perspectiva científica ao estudo do léxico – é a Lexicografia que mais vem despertando grande interesse entre os linguistas.

Para Câmara Jr. (1986, p. 157), a Lexicografia “é o estudo metódico – enumeração, cognição, significação – das palavras de uma língua, feito em dicionário”.

Já Dubois et al. (2004, p. 367) entende que a Lexicografia refere-se à “técnica de confecção dos dicionários e a análise linguística dessa técnica”.

Para Barbosa (1990, p. 153), a Lexicografia é definida como sendo uma tecnologia que trata da palavra no que concerne à atividade de compilação, classificação e análise das unidades do léxico e sua organização em dicionários, vocabulários técnico-científicos e vocabulários especializados. É uma aplicação dos fundamentos teóricos e metodológicos da Lexicologia. Por isso, tem despertado um grande interesse dos linguistas em desenvolver trabalhos de descrição lexical.

De acordo com Welker (2005, p. 11), o termo lexicografia tem dois sentidos: o primeiro, no qual se usa a expressão **lexicografia prática**, ela designa a “ciência”, “técnica” ou mesmo “arte” de elaborar dicionários; o segundo, a **lexicografia teórica** - emprega-se frequentemente em línguas como o inglês, francês e alemão, o termo *Metalexigrafia*, um termo, internacionalmente, adotado por muitos autores.

Assim, a Metalexigrafia abrange o estudo de problemas ligados à elaboração de dicionários, à crítica de dicionários, à pesquisa da história da lexicografia, à pesquisa do uso de dicionários. Portanto, na acepção restrita, o lexicógrafo é quem produz um dicionário e quem escreve sobre dicionários é o metalexicógrafo. Autores como Maria Tereza C. Biderman e Francisco S. Borba são, ao mesmo tempo, lexicógrafos e metalexicógrafos.

2.8.3 Terminologia

A Terminologia é um dos ramos da Lexicologia e ambas apresentam um aspecto prático, em oposição ao teórico: a Terminologia, no primeiro caso e a Lexicografia, no segundo, entendida como a técnica, a tecnologia empregada para registrar o léxico, ou seja, o caminho para redigir um dicionário.

A Terminologia se ocupa de um subconjunto do léxico de uma língua. Esse subconjunto insere-se no universo referencial, uma vez que pressupõe uma teoria da referência, ou seja, uma correlação entre a estrutura geral do conhecimento e o código linguístico correspondente. Enfim, a Terminologia estabelece uma relação entre a estrutura conceitual e a estrutura léxica dessa língua. A Terminologia ocupa-

se da “aplicação de um saber a um fazer, ou seja, à elaboração de obras terminológicas”. (FERREIRA, 1997, p. 7).

Cabré (1993, p. 32-33 apud BIDERMAN, 2001a, p. 19) enfatiza que a Teoria Geral da Terminologia baseia-se

[...] na natureza do conceito, nas relações conceptuais, na relação termo-conceito e a atribuição de termos aos conceitos ocupam uma posição chave [nessa ciência]. Esse enfoque de conceito ao termo distingue o método de trabalho da Terminologia daquele que caracteriza a Lexicografia os terminógrafos, que são os práticos da terminologia, têm por objeto a atribuição de denominações aos conceitos: atuam pois do conceito para o termo (processo onomasiológico); os lexicógrafos, práticos da Lexicografia, partem da denominação, que é a entrada de dicionário, e a caracterizam funcional e semanticamente: movem-se na direção contrária, do termo para o conceito (processo semasiológico).

Assim, a questão da referência é o tópico central da Terminologia. Mas, para abordar tal questão é preciso propor um modelo cognitivo que permita descrever, relacionar e classificar os conceitos, gerando uma taxionomia por meio da qual esses conceitos são nomeados.

O tópico a seguir trata dos conceitos de léxico e da estruturação do mesmo.

2.8.4. O léxico e a cultura

Compreende-se por léxico o conjunto de palavras e expressões pertinentes a um idioma. Potencialmente, todas as línguas de todos os tempos podem candidatar-se a expressar qualquer conteúdo.

Biderman (2001, p. 13) afirma que “o léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo”.

A essa respeito, Alves e Barros (2009, p. 16) salientam que

Não há dúvidas de que o caráter dinâmico é uma dos aspectos mais perceptíveis das línguas naturais. Essa dinamicidade encontra no nível lexical um vasto território para alargar as fronteiras do domínio do repertório lexical de muitas sociedades, revelando o modo como os falantes concebem a realidade em que vivem, deixando transparecer, assim, muitas informações sobre sua cultura, suas crenças, hábitos, mudanças sociais, econômicas e culturais.

Desse modo, percebe-se que o léxico refere-se aos espaços nos quais os indivíduos e sociedade interagem.

A pesquisa linguística do século XX demonstrou que não há diferença qualitativa entre os idiomas do mundo, ou seja, não há idiomas gramaticalmente mais primitivos ou mais desenvolvidos.

Entretanto, para que possa ser efetivamente utilizada, essa igualdade potencial precisa realizar-se na prática histórica do idioma, o que nem sempre acontece. Teoricamente, uma língua com pouca tradição escrita (como as línguas indígenas brasileiras) ou uma já extinta (como o latim ou o grego clássicos) podem ser empregadas para falar sobre qualquer assunto, como, digamos, física quântica ou biologia molecular. Na prática, contudo, não é possível, de uma hora para outra, expressar tais conteúdos em camaiurá ou latim, simplesmente porque não haveria vocabulário próprio para esses conteúdos. É perfeitamente possível desenvolver esse vocabulário específico, seja por meio de empréstimos de outras línguas, seja por meio da criação de novos termos na língua em questão, mas tal tarefa não se realizaria em pouco tempo nem com pouco esforço. Ao contrário, seria necessário certo tempo, bem como a criação de escolas e a redação de livros especializados para que se pudesse, com desenvoltura, falar de física quântica ou biologia molecular em camaiurá ou latim.

Apesar de haver certos conteúdos comuns a todas as culturas, o léxico de uma língua específica expressa uma visão de mundo particular, que de modo algum pode ser considerada sempre universal.

2.8.5 O conhecimento das palavras

Quando conversamos com nossos amigos e familiares, sendo todos falantes nativos da língua portuguesa, julgamos sempre que todos interpretam as frases da mesma maneira. Mas, isso nem sempre acontece. É perfeitamente possível que falantes nativos do mesmo idioma tenham divergências sobre o significado “exato” ou “correto” de um termo.

O léxico também é objeto da norma, fixada pelo uso e, posteriormente, pelos dicionários. Assim é que se fala em inadequação vocabular, ou seja, no emprego de palavras ou expressões num contexto em que seu sentido não seria adequado.

2.8.6 A categorização léxica

O léxico de uma língua natural constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos e abrange todo o universo conceptual dessa língua. Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, qualquer sistema léxico é a somatória de toda experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. Os membros dessa sociedade, por sua vez, funcionam como sujeitos-agentes no processo de perpetuação e reelaboração contínua do léxico de sua língua. Nesse processo em desenvolvimento, o léxico se enriquece, se altera e, às vezes, se contrai.

Além disso, as mudanças sociais e culturais acarretam alterações nos usos vocabulares. Daí resulta que unidades ou setores completos do léxico podem ser marginalizados, entrar em desuso e vir a desaparecer. Inversamente, porém, podem ser ressuscitados termos que voltam à circulação, geralmente com novas conotações. Enfim, novos vocábulos, ou novas significações de vocábulos já existentes surgem para enriquecer o léxico.

Embora o léxico seja patrimônio da comunidade linguística, na prática, são os usuários da língua – os falantes – os que criam e conservam o vocabulário dessa língua. Ao atribuírem conotações particulares aos lexemas, nos usos do discurso, os indivíduos podem agir sobre a estrutura do léxico, alterando as áreas de significação das palavras. É por isso que podemos afirmar que o indivíduo gera a Semântica da sua língua, particularmente os indivíduos mais criativos e de maior competência linguística como os escritores e poetas. Assim, é notório que o universo semântico se estrutura em torno de dois pólos opostos: o indivíduo e a sociedade. Dessa tensão em movimento é que se origina o léxico.

Vilela (1995, p. 14) define léxico como “o conjunto das palavras fundamentais, das palavras ideais duma língua”.

Biderman (2001, p. 180) argumenta que:

No processo de aquisição da linguagem o Léxico é o domínio cuja aprendizagem jamais cessa, durante a vida toda do indivíduo. A incorporação paulatina do Léxico se processa através de atos sucessivos de cognição da Realidade e da categorização da experiência, através de signos linguísticos os lexemas. A percepção, a concepção, e a interpretação dessa realidade são registradas e armazenadas na memória, através de um sistema classificatório que é fornecido ao indivíduo pelo Léxico. A forma como se dá tal armazenamento nos é desconhecida. É certo, porém, que a memória registra, de maneira ordenada, o sistema lexical. [...] um dos processos mnemônicos mais comuns na incorporação do Léxico é o modelo binário de oposição.

A categorização léxica e a estruturação do sistema lexical são itens pouco conhecidos e até escassamente estudados pelos linguistas. Há alguns estudos nesse sentido, mas de categorização e ordenação por campos semânticos.

Os dados empíricos têm demonstrado que os indivíduos estruturam mentalmente o seu repertório léxico, seguindo os modelos e os usos de sua comunidade linguística, através de um processo mental de categorização. Essa classificação categorial latente na memória do falante decorre de duas operações complementares:

- a) O conhecimento de mundo e da taxionomia que a sua língua e a sua cultura atribuem a essa mesma realidade;
- b) O seu esforço cognitivo pessoal de armazenar e catalogar os denotadores léxicos, segundo o modelo semântico da sua língua e, eventualmente, de potencialidades linguísticas de cunho universal, de que ele seria dotado desde o seu nascimento.

As taxionomias, por sua vez, são elaborações próprias de cada cultura e dela resultantes.

Compreende-se, desse modo, que as categorizações léxicas não são um fenômeno que se cristaliza e assim permanece. Pelo contrário, as novas conotações do significado que vão sendo continuamente introduzidas no léxico de uma língua despertam potencialidades para novas categorizações, resultando um reajuste na estrutura léxica.

2.8.7 A estruturação do léxico e seu significado

Hjelmslev (1975, p. 50) concebe o problema da significação do seguinte modo:

As significações ditas léxicas de certo signos são sempre apenas significações contextuais artificialmente isoladas ou parafraçadas. Considerado isoladamente, signo algum tem significação. Toda significação de signo nasce de um contexto, quer entendamos por isso um contexto de situação ou um contexto explícito, o que vem a dar no mesmo [...]

Constitui também uma velha prática semântica e lexicográfica a de considerar que um lexema tem uma significação “básica” ou “nuclear”. Tal concepção não é muito “feliz”, no dizer de Biderman (2001, p. 187), pois pode dar impressão de que os demais significados que compõem o campo conceptual de uma palavra têm uma relação de dependência, ou decorrência de um significado primitivo, o que, muitas vezes, não é absolutamente o caso. Assim, na evolução histórica de um campo semântico, o núcleo central de significação pode ser deslocado e uma significação periférica passar a ocupar o centro desse campo conceptual. Por exemplo: o termo latino para designar a noção de “casa” era *domus*. Em latim, a palavra *casa* significava “choupana”, “cabana”¹⁹. Na evolução do latim para as línguas românicas, o termo *casa* deslocou *domus* do centro do seu campo semântico tanto na península Ibérica como na Itália. Daí resultou o português *casa*, espanhol *casa*, italiano *casa*. Entretanto, no italiano, o vocábulo *domus* continuou a existir com a forma *duomo*, mas com um significado específico, isto é: “a casa de Deus”. Dessa forma, aquele valor que era nuclear, passou a periférico e residual.

Welker (2005, p. 15) define o termo **léxico** como “uma palavra que vem do grego: 1. “lexis” (palavra), de 2. “léxikós” (pertencente ou concernente à (s) palavras) e 3. de “léxikónn” (léxico/dicionário)”.

Segundo Rey (1977, p. 163 apud WELKER, 2005, p. 16), pode-se entender o **léxico** de uma língua de três maneiras:

¹⁹ Casa, do lat. *càsa*, 'choupana, cabana, casebre, arribana'; cf. lat. *domus*, 'casa, morada, habitação, domicílio'; ver *cas-*; f.hist. 1221 *casa*, 1278 *quasa*, 1352 *caza*, sXIV *cassa*, conforme Houaiss eletrônico, 2010.

- a) Conjunto de morfemas (“a linguística contemporânea [...] favorece esta definição”);
- b) Conjunto de palavras;
- c) Conjunto indeterminado, mas finito de elementos, de unidades ou de ‘entradas’ em oposição aos elementos que realizam diretamente funções gramaticais, como determinativos, os auxiliares etc.

Rey afirma ainda (p. 164 apud WELKER, 2005, p. 16) que

Na prática, o léxico é frequentemente considerado como conjunto de palavras com função não ‘gramatical’, isto é, dos nomes, verbos, adjetivos e da maioria dos advérbios; estão excluídos os morfemas presos [por exemplo, sufixos como *mente* e prefixos como *re*] e as chamadas palavras ‘gramaticais’, sendo que a fronteira é muito vaga.

Porém, Schindler (2002, p. 34 apud WELKER, 2005, p. 16) expõe que é a definição (a) que prevalece, ou seja, entende léxico como “conjunto de morfemas”. E completa:

Concepções atuais de léxico incluem unidades abaixo do nível de palavra [isto é, morfemas presos, como os elementos de formação de palavras] e acima desse nível [ou seja, fraseologismos].²⁰

No português, emprega-se léxico, às vezes, como sinônimo de dicionário ou de vocabulário, termos que distinguiremos adiante. (vide item 2.9.5)

Para Dubois et al. (2004, p. 363)

a palavra léxico designa o conjunto das unidades que formam a língua de uma comunidade, de uma atividade humana, de um locutor, etc. Por essa razão, *léxico* entra em diversos sistemas de oposição, conforme o modo pelo qual é considerado o conceito.

A estatística léxica, por exemplo, opõe léxico e vocabulário. O termo léxico é reservado à língua enquanto o termo vocabulário ao discurso. As unidades do léxico são os lexemas, enquanto que as unidades do discurso são os vocábulos e as palavras (a palavra que designa toda ocorrência de um vocábulo qualquer).

²⁰ Cf. também Biderman (1996, p. 33).

Câmara Jr. (1986, p. 157) define léxico como “sinônimo de vocabulário e corresponde ao conjunto de vocábulos de que dispõe uma língua dada”. Em sentido especializado, a parte do vocabulário corresponde às palavras, ou vocábulos providos de semantema, ou vocábulo que é lexema. Neste segundo sentido, léxico se opõe à gramática, por que é a série dos semantemas da língua, vistos através de sua integração em palavras.

Para Biderman (2001, p. 13), “o léxico se relaciona com o processo de nomeação e com a cognição da realidade”. Continuando, a autora enfatiza que a geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e da categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras. Os conceitos, ou significados, são modos de ordenar os dados sensoriais da experiência. Por meio de um processo criativo de organização cognoscitiva desses dados surgem as categorizações linguísticas expressas em sistemas classificatórios: os léxicos das línguas naturais. Desse modo, pode-se afirmar que o homem desenvolveu uma estratégia engenhosa ao associar palavras a conceitos, que simbolizam os referentes. Portanto, os símbolos, ou signos linguísticos, se reportam ao universo referencial.

Alguns termos - imprescindíveis para o contato com as palavras - são necessários aqui serem conceituados:

Palavra

O conceito de palavra é problema complexo em Linguística, não sendo possível definir a palavra de modo universal. (BIDERMAN, 1999, p. 81).

“[...] o conceito de palavra sempre constitui um problema para gramáticos e linguistas.” (BASÍLIO, 2003, p. 12).

Palavra é “um dos termos mais problemáticos dentro da lingüística” (SCHINDLER 2002, p. 36 apud WELKER, 2005, p. 17). Mesmo assim, a palavra é “a unidade lingüística central e ‘prototípica’”.

Enfim, desde os gregos, a palavra foi considerada como unidade significativa da articulação do discurso. Essa unidade léxica da gramática e da linguística tradicionais de base grega foi vigorosamente contestada por muitos linguistas e

escolas linguísticas nos últimos quarenta anos. Assim, o conceito de palavra foi considerado como pré-científico. No entanto, em todo falante existe uma consciência intuitiva de uma unidade léxica, seja qual for a sua língua materna.

Por outro lado, percebe-se que, na fala, não se distinguem palavras com a mesma facilidade da escrita, sobretudo quando não se domina uma determinada língua, não se consegue separar palavras.

Galisson e Coste (1976, p. 359 apud WELKER, 2005, p. 17) a esse respeito assim se manifestam

[...] a definição de palavra oral é bem mais problemática [do que a escrita]; devido aos fenômenos de elisão, ligação ou do tipo de constituição das sílabas, a segmentação da cadeia sonora nunca é simples e nem sempre corresponde à separação em palavras gráficas.

Quanto à escrita, costuma-se definir palavra como “qualquer seqüência que ocorre entre espaços e/ou sinais de pontuação” (BASÍLIO, 2003, p. 11). Uma concepção diferente tem Rey-Debove (1966 apud WELKER, 2005, p. 17): a palavra é separada de outras por espaços, hífen (*porte-fenêtre*) ou apóstrofo (*l'oreille*).

Biderman (1999, p. 89) considera que o “termo palavra é operacional apenas como elemento da linguagem comum. No uso não específico, é a designação pertinente, já que qualquer falante do idioma identifica o seu *designatum* sem problemas”.

Lexia

Pottier (1974) emprega o termo *lexie* para referir-se a diferentes tipos de palavras e conjunto de palavras. Segundo o autor, uma lexia pode ser:

- a) um “lexema”, um morfema lexical, uma palavra com significado próprio;
- b) um “gramema”, morfema gramatical: artigo, pronome, advérbio, preposição;
- c) um “lexema” e um ou mais “gramemas”: *casas, dormiu, bonita, interminavelmente*;

Segundo o autor, as lexias classificam-se em:

- lexias simples: *casa, casas, dormir, dormiu, bonito, bonita*;

- lexias compostas: palavras compostas, como *mestre-de-obras* e palavras derivadas, como *deslizar*;

- lexias complexas (FAULSTICH, 1980, p. 18): “uma seqüência em vias de lexicalização, em diversos graus”: *guerra de nervos*, *conjunto habitacional*, *luz negra*;

- lexias textuais (FAULSTICH, *ibid.*): “uma lexia complexa que alcança o nível de um enunciado ou de um texto”: [...] provérbios, hinos, adivinhações etc.

Alguns autores brasileiros adotaram o termo lexia e a conceituação de Pottier (por exemplo, Gonçalves 1977, Faulstich 1980, Xatara 1998). Internacionalmente o termo *lexie/lexia* é pouco divulgado sendo preterido pelo termo *lexema* o qual enfatizamos a seguir.

Lexema

Há várias concepções para esse termo. A primeira afirma que vários autores entendem que o lexema é uma palavra ou parte de palavra que tem um significado próprio (casa, dormir); são as chamadas palavras “autosemânticas”. Não são consideradas lexemas as palavras “sinsemânticas”, que não têm significado próprio, ou seja, aquelas que estabelecem relações (conjunções, preposições) ou apenas se referem a outras palavras (artigos, pronomes). Estas, consideradas morfemas gramaticais ou gramemas, pertencem a inventários fechados, já os lexemas, ao contrário, pertencem a inventários abertos.

Martinet (1960), que usava monema no lugar de morfema, diferenciou entre lexema (=monema lexical) e morfema (=monema gramatical). Borba (2003) não emprega os termos lexema e gramema e faz a mesma distinção (palavras lexicais e palavras gramaticais). Referindo-se a substantivos, adjetivos e verbos, ele afirma:

São esses tipos que constituem o grosso do acervo lexical da língua, e este se caracteriza por ser um conjunto aberto sempre vulnerável a influências externas. Por outro lado, há um conjunto de conceitos abstratos – estados e processos – que só encontram representação no sistema gramatical. São os que traduzem quantificação e intensificação, os diversos tipos de relações (espaciais e temporais principalmente), a referenciação, a mostração, a identificação, a modalização, etc. Estes constituem um conjunto fechado, coeso e resistente a qualquer tipo de influência. Por aí se vê como o léxico total se compartimenta em dois grandes subconjuntos – o das palavras lexicais e o das palavras gramaticais. (p. 46)

A segunda concepção é a de Lyons (1979, p. 206) que não distingue entre morfemas lexicais (lexemas) e gramaticais (gramemas). Para ele, os “lexemas” – as ‘palavras’ da gramática tradicional – são as unidades invariantes subjacentes, abstração feita das propriedades ‘acidentais’. Assim, há, por exemplo, o *lexema cortar*, que aparece em diversas formas, como *cortei*, *cortaremos*.

A terceira concepção de lexema é de Schwarze e Wunderlich (1985, p. 9) e a mais abrangente que as duas anteriores e salienta que:

Os elementos ou unidades do léxico são chamadas de lexemas ou itens lexicais [...]. Via de regra, o lexema pode ser identificado como palavra. Porém, não há critérios independentes de alguma teoria para determinar, sem deixar dúvidas, o que seja uma palavra [...]. Pode-se também considerar como lexemas aqueles afixos que têm um significado próprio ou preenchem uma função na formação das palavras (por exemplo *dês-*, *-ável*); da mesma forma, sintagmas inteiros serão considerados lexemas quando possuem um significado idiomático (não transparente).

Nessa acepção, como pudemos perceber, os lexemas abrangem tanto alguns afixos quanto as “lexias complexas” de Pottier, as quais muitas vezes, são chamadas de *lexemas complexos*, *frasema*, *fraseolexemas*, *fraseologismos*.

Vocábulo x palavra

Os dicionários brasileiros praticamente não diferenciam *palavra* de *vocábulo*. No verbete “vocábulo” lê-se, respectivamente: “Palavra que faz parte de uma língua” (FERREIRA, 1999); “palavra considerada principalmente quanto a seu aspecto material” (BORBA, 2004). Também no *Vocábulo Ortográfico da Língua Portuguesa* (p. XII), o *vocábulo* é sinônimo de palavra.

Enfim, enquanto o lexema, na maioria dos casos, é polissêmico, o vocábulo “tem um significado restrito e caracterizador do Universo de discurso [e] tende a monossemia” (BARBOSA, 1995, p. 26).

Vocabulário x dicionário x glossário

O *Michaelis* (1998) lista léxico, vocabulário, glossário simplesmente como sinônimo de dicionário.

No verbete “vocabulário”, o *Aurélio* (1999) define vocabulário, na primeira acepção, como “conjunto das palavras de uma língua”, ou seja, como sinônimo de léxico. Normalmente, porém, entende-se por vocabulário algo mais restrito.

Como indica *Aurélio* (1999) nas outras acepções, o vocabulário é entendido como: o “conjunto das palavras em certo estágio da língua”; como “conjunto das palavras especializadas em qualquer campo do conhecimento ou atividade; nomenclatura; terminologia”, “conjunto de palavras e expressões conhecidas e/ou empregadas por pessoa(s) de determinada faixa etária, social, etc.”, “conjunto das palavras usadas por um autor em sua obra, ou em parte dela”. Além dessas, há duas outras acepções de vocabulário mencionadas no *Aurélio*: 1. “Lista de palavras ou expressões de uma língua ou de um estágio dela, de um dialeto, de um autor, e de um ramo de conhecimento, técnica ou atividade [...]”; 2. Livro ou compêndio que contém uma dessas listas”. Ou seja, nos dois casos, trata-se de materialização - em papel e no computador – de um vocabulário no sentido abstrato.

Barbosa (1995, p. 18) indica dois principais significados de vocabulário:

conjunto de vocábulos de um Universo de Discurso”, “tipo de dicionário [ou seja] conjunto de vocábulos tratados lexicograficamente, isto é, definidos e organizados em forma de dicionário.

Fazendo referência a Muller (1968), Barbosa (1995, p. 20) distingue dicionário, vocabulário, glossário. Para ele, “o **dicionário** de língua tende a reunir o universo dos lexemas”, os quais são as “unidades-padrão” lexicais do sistema. Por outro lado, “o **vocabulário** busca ser representativo de um universo de discurso – que compreende, por sua vez, *n* discursos manifestados -, pelo menos; configura uma norma lexical discursiva” (p. 21). Já o **glossário** “pretende ser representativo da situação lexical de um único texto manifestado [...] numa situação de enunciação e de enunciado, numa situação de discurso exclusivas e bem determinadas” [sic] (p. 21); “o glossário *lato sensu* resulta do levantamento das palavras-ocorrências e das acepções que têm num texto manifestado” (p. 20); “deve recuperar, armazenar e compilar palavras ocorrências [...] extraídas de um único discurso corretamente realizado.” (p. 27). Portanto, os glossários se encontram geralmente no final de certos livros para esclarecer o significado de determinadas palavras ou expressões usadas pelo(s) autor(es): “as unidades que o lexicógrafo seleciona e as informações

gramaticais e semânticas que sobre elas são fornecidas dizem respeito a um *corpus*, exteriormente delimitado, que funciona como discurso individual, como exemplo de um acto de fala produzido num dado tempo e lugar” (CRISPIM, 1960, p. 61 apud BARBOSA 1995, p. 20). Enfim, de acordo com Barbosa (1995, p. 26). “a unidade-padrão dos glossários é a *palavra*”.

Em Vilela (1995, p. 14), encontram-se as seguintes definições:

[...] o *léxico* é o conjunto das palavras fundamentais, das palavras ideais duma língua; o *vocabulário* é o conjunto dos vocábulos realmente existentes num determinado lugar e num determinado tempo, tempo e lugar ocupados por uma comunidade linguística; o *léxico* é o geral, o social e o essencial; o *vocabulário* é o particular, o individual e o acessório. (p. 13). Há ainda uma outra perspectiva, a de ‘coleção de unidades’, em que o *vocabulário* se opõe a *dicionário* e *glossário*: o *dicionário* é a recolha ordenada dos vocábulos duma língua, o *vocabulário* é a recolha de um sector determinado de uma língua e o *glossário* é o *vocabulário* difícil de um autor, de uma escola ou de uma época. (p.14)

Por fim, compreende-se que o *dicionário* de língua faz uma descrição do *vocabulário* da língua em questão, buscando registrar e definir os signos lexicais que referem os conceitos elaborados e cristalizados da cultura. Os *dicionários* trazem entrada que designa a unidade delimitada por dois brancos tipográficos, reduzida à forma do paradigma considerado fundamental.

Os progressos rápidos da Lexicologia nascente provocaram, nestes últimos anos, uma revisão completa dos problemas de Lexicografia. Alguns *dicionários* modernos já registram algumas das conquistas da gramática distribucional em particular.

De acordo com Dubois et al. (2004, 372)

Os autores de *dicionários* ficam, todavia, tributários das coerções do uso, frequentemente vivas no público, que não é sempre sensível à parte de convenção das apresentações tradicionais, que trezentos anos de prática fazem julgar “naturais”.

Sema

De acordo com Houaiss (2010), *sema* é cada unidade mínima de significação, que, combinada com outras, define o significado de morfemas e palavras; traço

semântico, componente semântico. Do grego *sêma*, atos 'sinal, caráter distintivo, marca'. Historicamente, o vocábulo foi usado pela primeira vez por Champollion no francês *sème* (1822), na acepção 'combinação de vários signos simples para exprimir uma ideia'; em ing. *sema* (1838) 'elementos formativos de um morfema' tinha como plural *semata* ou *semas*, ainda no inglês agora escrito *seme* (1951).

O linguista norte-americano E. A. Nida o usa na acepção de 'traços mínimos do significado', e finalmente o linguista francês B. Pottier, em seus estudos de análise semântica em *Linguística*, fixa, em 1963, definitivamente o conceito de *sema* como 'unidade mínima da significação'. Pottier, inclusive, tem um famoso estudo sobre os diversos lexemas que designam assentos (cadeiras, poltrona, tamborete, sofá, pufe). Todos esses lexemas possuem os semas "com pés" e "para sentar-se"; cadeira, poltrona e sofá também têm o mesmo sema "com encosto", que é ausente de tamborete e pufe; sofá é o único que não possui o sema "para uma pessoa".

Com Galisson e Coste (1976, p. 485 apud WELKER, 2005, p. 26), podemos dizer que a "análise que permite pôr em evidência os semas – a chamada 'análise sêmica' ou 'análise componencial' – baseia-se nos mesmos procedimentos (e as mesmas hipóteses) que aquela que, em fonologia, permite pôr em evidência os traços lingüísticos dos fonemas".

Lopes (1981, p. 237) lembra que Helmsljev já pensou em algo com os semas:

Já em 1948 [...] Helmsljev escrevia: '[...] as unidades do conteúdo lingüístico (as unidades de significação) deveriam ser descritas em termos de relações mútuas [...] as verdadeiras unidades da língua são os *relata* que esses sons, esses caracteres e essas significações representam.' Daí proclamar Helmsljev a necessidade de se localizar *figurae* (na sua terminologia, *non-signs*, atualmente: *semas*), unidades menores do que o signo, componentes do signo, como condição prévia para a formalização de uma teoria e uma técnica científica de descrição do plano de conteúdo das línguas.

Campo semântico x campo lexical

De acordo com Galisson e Coste (1976, p. 82 apud WELKER, 2005, p. 32)

Os campos semânticos constituem, no nível do significado, conjuntos organizados cujos elementos têm um denominador semântico comum, se delimitam reciprocamente e são delimitados pelos elementos periféricos de outros campos.

Para Mel'cuk et al. (1995, p. 173 apud WELKER, 2005, p. 32), *campo semântico* é o conjunto de lexias [lexemas] que têm um mesmo componente identificador de campo.

Por exemplo, no campo “fenômenos atmosféricos”, existem os lexemas *chuva, neve, neblina, tempestade*.

Quanto a campo lexical, Faulstich (1980, p. 26 apud WELKER, 2005, p. 33) cita Coseriu (1977, p. 170, em espanhol):

Um *campo lexical* é uma estrutura paradigmática constituída de unidades lexicais que repartem uma zona de significação comum e que se encontram em oposição imediata umas com as outras.

Por exemplo, *chuva, neve, neblina, tempestade* etc. constituem o campo léxico de campo semântico ‘fenômenos atmosféricos’; *armário, mesa, cadeira*, etc. constituem o campo léxico do campo semântico ‘móveis’. Ao denominador comum, ou componente semântico identificador de campo, muitas vezes corresponde um hiperônimo (arquilexema), por exemplo, *móveis*.

Lema

O Lema é sinônimo de *entrada do verbete, palavra-entrada*, ou simplesmente *entrada*. O termo não é muito comum no Brasil, mas já foi usado por Biderman (1984, p. 6), e depois, entre outros, além de Biderman (2000), por Carvalho (2001). O mesmo não foi incluído no DUP-*Dicionário de Usos do Português do Brasil*. Na apresentação desse dicionário, Borba (2003) usa o termo lematizar.

Lematizar

Lematizar significa “arrolar no dicionário como lema, como entrada”, o que implica, ao mesmo tempo, dar ao lexema a forma que ele costuma ter como palavra-entrada, isto é, por exemplo, no caso dos verbos, a forma do infinitivo. (WELKER, 2005, p. 33).

2.9 A MACROESTRUTURA E A MICROESTRUTURA

Os termos *macroestrutura* e *microestrutura* foram empregados por Baldinger (1960, p. 524) ao afirmar que as microestruturas têm que ser organizadas dentro de uma macro-estrutura. Rey-Debove (1971, p. 21 apud WELKER, 2005, p. 80) define macroestrutura (fr. macrostructure) como “o conjunto das entradas”. Outro termo comumente empregado em português é *nomenclatura*, em francês *nomenclature*. Em inglês, praticamente não se usa o termo macroestrutura e sim, em geral, *word-list* (cf. Béjoint, 2000, p. 13); em espanhol usa-se *nomenclatura* ou *macroestrutura*.

Em outra acepção, macroestrutura refere-se à forma como o corpo do dicionário é organizado. Empregando-se o termo nesse sentido, pode-se caracterizar a macroestrutura mediante as respostas e perguntas como:

- a) O arranjo das entradas é temático ou alfabético?
- b) Os verbetes têm, todos, o mesmo formato?
- c) Há ilustrações gráficas e/ou tabelas no meio dos verbetes?
- d) Informações sintáticas ou outras estão colocadas fora do bloco do verbete?

Oportuno é definir aqui o **verbeta**. Segundo Houaiss (2010), verbete refere-se à nota ou comentário que foi registrado, anotado. Em Lexicografia, ao conjunto das acepções, exemplos e outras informações pertinentes contido numa entrada de dicionário, enciclopédia, glossário etc.

2.9.1 Arranjo das entradas

Normalmente as entradas são ordenadas conforme a grafia, mas seria possível fazê-lo conforme a pronúncia. Béjoint (2000, p. 13 apud WELKER, 2005, p. 81) salienta que:

Há várias maneiras de classificar as palavras pela forma. [...] Em árabe, muitos dicionários têm usado classificações por tipo de grupo consonântico [...]. O primeiro *Dictionnaire de l'Académie* (1694) classificou suas entradas alfabeticamente, mas agrupou, na mesma entrada, palavras que eram relacionadas etimológica e morfológicamente mesmo quando não havia nenhuma ligação semântica na sincronia. [...] [Antigamente] os lexicógrafos usavam somente a primeira letra [para ordenar as entradas].

Baldinger (1960, p. 525 apud WELKER, 2005, p. 82) chamou a atenção para os problemas do arranjo alfabético. O arranjo alfabético pode se dar de diversas maneiras. Wiegand (1983, p. 432 apud WELKER, 2005, p. 81) introduziu as seguintes distinções:

1. “ordem alfabética linear”: consiste em seguir estritamente a ordem alfabética;
2. “ordem alfabética com agrupamentos”: a organização espacial [...] vai apresentar uma quebra de linearidade, passando a trabalhar com blocos (ou parágrafos) que incluem um lema principal e um ou mais sublemas. O motivo é a economia do espaço;
3. “ordenação não estritamente alfabética com agrupamentos: significa que, dentro de um bloco, colocam-se, em ordem alfabética, lexemas relacionados com o lema principal, embora, na ordem alfabética linear, eles devessem aparecer depois do lema principal seguinte.

2.9.2 O tamanho da nomenclatura

O fator mais importante no que concerne ao tamanho da nomenclatura é, obviamente, a determinação do lexicógrafo ou da editora a respeito do tipo de dicionário que quer produzir.

Biderman (1984, p. 27) faz as seguintes distinções:

- dicionário infantil e/ou básico: cerca de 5.000 verbetes;
- dicionário escolar e/ou médio: 10.000 – 12.000, ou até 30.000;
- dicionário padrão: cerca de 50.000;
- “*thesaurus*”: 100.000, 200.000, 500.000.

Enfim, por um lado, “nenhum dicionário por mais volumoso que seja, dará conta integral do léxico de uma língua de civilização” (Biderman 1998, p. 130), por outro lado, muitos lexemas e fraseologismos registrados nos grandes dicionários ocorrem muito raramente.

De acordo com Bidermam (1984, p. 28):

Um dicionário padrão (50.000 verbetes) possui um repertório lexical que nenhum usuário jamais utilizará, quer no seu vocabulário ativo, quer no seu vocabulário passivo, mesmo os mais competentes falantes do idioma. Um *thesaurus* (100.000, 200.000 palavras ou mais) inclui necessariamente um grande número de palavras raras, desusadas, obsoletas, outras que são exclusivamente literárias, um grande número de termos técnicos e científicos, de regionalismos e de neologismos.

2.9.3 A microestrutura e seus componentes

Para Baldinger (1960, p. 524 apud WELKER, 2005, p. 107) “a microestrutura responde à pergunta sobre as diversas acepções da palavra”.

Rey-Debove (1971, p. 21 apud WELKER, 2005, p. 10) chamou de *microestrutura* “o conjunto das informações ordenadas de cada verbete após a entrada”. Segundo essa autora, a microestrutura deve ser organizada de forma constante, isto é, igual, padronizada, em todos os verbetes. Entretanto, como não existem os mesmos tipos de informação para todos os lemas, Rey-Debove admite um “grau zero de informação”.

Para Barbosa (1996, p. 266), a microestrutura de base é composta de:

informações’ ordenadas que seguem a entrada e têm uma estrutura constante, correspondendo a um programa e a um código de informações aplicáveis a qualquer entrada. Denominamos de ‘verbetes’ esse conjunto de Entrada + Enunciado Lexicográfico.

2.9.4 Cabeça do verbete

O termo metalexigráfico *cabeça do verbete* não costuma ser usado em português, e, mesmo em outras línguas, seus equivalentes são poucos difundidos. Trata-se da tradução literal do termo alemão *Artikelkopf*, introduzido por Weigand (1988, p. 546) e adotado, entre outros por AI (1991, p. 2830) e Marelló (1996, p. 42), que empregam a tradução francesa *tête de l'article*. Harvey & Yuill (1997) usam o termo *top of the entry*.²¹

²¹ Há autores brasileiros que usam *cabeça do verbete* no sentido de lema (cf. Ferreira 1999, p. XV). O Houaiss (2010) usa *cabeça de verbete* como sinônimo de entrada e de unidade léxica (p. XVIII).

A cabeça do verbete compreende o lema e as informações anteriores à definição ou às definições (ou equivalentes, nos dicionários bilíngues), a saber: as variantes ortográficas, a pronúncia, a categoria gramatical, as informações flexionais e/ou sintáticas, a etimologia, as marcas de uso.

Hansen (1990, p. 104 apud WELKER, 2005, p. 111) tem a mesma concepção, mas usa outro termo: *Lemma-platz*.

Concordando com Zgusta (1971, p. 249; Ilson, 1988, p. 73 apud WELKER, 2005, p. 111) afirma que todas essas informações fazem parte do lema. No entanto, Carvalho (2001, p. 67) acredita que as “subdivisões de Wiegand [...] proporcionam ao lexicógrafo uma melhor sistematização das partes componentes do dicionário”.

De acordo com Welker (2005, p. 111), como se pode usar o termo lema para referir-se a coisas tão diversas quanto a palavra-entrada, a pronúncia, a etimologia?

Segundo esse autor, pode-se dividir o verbete simplesmente em lema, de um lado, e, do outro, todas as informações dadas sobre eles. Mas, o conceito de “cabeça do verbete” é especialmente vantajoso no caso de lexemas polissêmicos – que constituem a imensa maioria – pois permite diferenciar as informações que valem para todas as acepções (na maioria das vezes, a categoria gramatical e a etimologia) daquelas que concernem apenas a determinada acepção. Por outro lado, pode-se criticar o conceito introduzido por Wiegand pelo fato de que alguns dos dados que, geralmente, aparecem na “cabeça do verbete”, têm que ser informados em várias acepções, por exemplo, a categoria gramatical (quando o mesmo lexema pertence a duas ou mais categorias) ou marcas de uso. Mesmo assim, o conceito parece-me útil.

Como já mencionado, as informações que podem ou costumam fazer parte da cabeça do verbete são:

- a) Variantes ortográficas – as variantes ortográficas podem ser indicadas na “posição leemática”, ou seja, como lemas secundários. Elas estarão na mesma fonte tipográfica do lema principal, geralmente em negrito, como no exemplo de **contato/contacto** do DUP. Podem ser apresentadas também após o lema, em outra fonte. Por exemplo, no Aurélio, encontra-se após o lema *contatar*, a informação: “[Var. de *contactar*]”.

b) Pronúncia - nos dicionários, a informação sobre a pronúncia é fundamental. No dicionário de francês de Rey e Rey-Debove, por exemplo, a autora dá a informação sobre a pronúncia para cada lema. Já o procedimento dos G4²² é bem diferente. O *Aurélio* e o *Michaelis* fornecem esclarecimentos somente em casos em que possa haver dúvidas quanto à pronúncia do x assim como o do e e do o (o que é explicado apenas no *Michaelis*). Às vezes, os dois indicam a pronúncia de lemas de língua estrangeira. Por outro lado, nos dicionários bilíngues dá-se bastante importância à ortoépia, pois acreditam que os falantes não nativos precisam de ajuda nesse domínio.

Welker (2005), no entanto, argumenta que a pronúncia só precisa ser indicada nos casos em que não existam regras claras. Essa afirmação é extensiva aos dicionários monolíngues.

- c) Classe gramatical e outras informações gramaticais – a classe gramatical a que pertence o lexema é indicada em praticamente todos os dicionários. No entanto, tal informação poderia ser suprimida, uma vez que está subentendida pela própria definição. O que deve parecer claro se o lema é um verbo, substantivo e /ou adjetivo etc. Desse modo, economizaria mais espaço nos dicionários com informações “aparentemente” óbvias.
- d) Etimologia – muitos dicionários monolíngues, sobretudo os mais extensos e mais frequentemente os seletivos oferecem informações etimológicas, como é o caso do alemão *DUW*, o americano *Webster*, o espanhol *Moliner*, o francês *NPR*, o italiano *Zingarelli*. Nos G3 a etimologia é dada da mesma forma que são dadas as informações sobre composição. O *Houaiss* é um dicionário que dá muita importância à etimologia dos G3 que esclarece detalhadamente os procedimentos adotados, além de oferecer a datação histórica. Na revista *Época* de 12/11/2001, p. 115, afirma-se:

²² Grupo dos 4 dicionários do Brasil: *Houaiss*, *Aurélio*, *Michaelis*, *Borba*.

A inovação fica por conta da introdução de um recurso inédito nos concorrentes, a datação histórica. Esse índice aponta, sempre que possível, a data do mais antigo registro da palavra – o impressionante recuo vai até o século IX. [...] Parece luxo. Mas, além de saborosa, a datação é extremamente útil para tradutores. Um exemplo: a versão em português do Best-seller O Nome da Rosa, de Umberto Eco, passado no século XVI, não poderia grafar o termo “burlesco”, porque ele só apareceu 300 anos depois.

- e) Marcas de uso – se houver uma única acepção do lexema, as marcas de uso estão normalmente na cabeça do verbete. Mesmo existindo várias acepções, uma ou mais marcas de uso podem definir.

2.9.5 A definição

Segundo Imbs (1960, p. 9 apud WELKER, 2005, p. 117), em lexicografia a “arte suprema é a da definição”. Diz o autor:

Sabe-se que a tradição aristotélica e escolástica distinguiam as *definições de palavras* e as *definições de coisas*. Do ponto de vista lingüístico, todas as definições são *definições de palavras*. Elas não têm, efetivamente, nenhuma pretensão à objetividade, querendo apenas traduzir o que, a respeito de um dado “objeto”, a palavra sugere à mente num dado ambiente histórico. (*idem*, p. 10)

De acordo com esse autor, há várias maneiras de definir e salienta que a definição por sinônimos é o “método o menos científico possível, resultando [...] em pseudodefinições que estabelecem um círculo vicioso” (*idem*, p. 13).

Os autores costumam distinguir as definições em enciclopédicas, às vezes (em estudos de terminografia), terminológicas e em lexicográficas.

A definição enciclopédica é dada em enciclopédias, ou, em alguns dicionários, em verbetes enciclopédicos. De acordo com Bessé (1990 apud SILVA 2003, p. 38), pode-se dizer que tal “definição”, é, na verdade, um resumo de conhecimentos.

Quanto à definição terminológica, Silva (2003, p. 45-49) assinala: “a definição terminológica é uma operação que consiste em determinar o conjunto de caracteres que fazem parte da compreensão de um conceito”.

Como a definição lexicográfica, é uma proposição que enuncia uma equivalência entre um termo, o definido e o conjunto de características que o definem. Por isso, o modelo substancial, hiperonímico ou lógico que contém o hiperônimo ou gênero próximo e as características específicas do definido é a que

mais corresponde às necessidades do terminológico, mas segundo Bessé (1990, p. 257 apud SILVA 2003), ela pode não ser a mais conveniente em todos os domínios, por isso, destacam-se também a definição por função a que descreve uma ação e suas etapas e até mesmo a definição por paráfrase sinonímica, na opinião de Pavel e Nolet (2002, p. 27-28 apud SILVA 2003).

O que vai nos interessar nesse estudo é a definição lexicográfica, a qual se divide em vários tipos: a “lógica”, “analítica” ou “aristotélica” (*genus proximum* mais *differentia specifica*) e a “pseudodefinição” por sinônimos ou antônimos.

Béjoint (2000, p. 198) diz que o “tipo mais prestigioso de definição é a definição analítica, intencional, aristotélica”. Segundo ele, costuma ser considerado “melhor lexicógrafo aquele que consegue elaborar as melhores definições desse tipo”. Esse autor menciona, ainda, um terceiro tipo, a definição extensional (para palavras como planeta e oceano – na qual simplesmente se enumeram os planetas e os oceanos), mas frisa que somente se recorre a esse e outros modos de “definir” quando, por alguma razão, o tipo analítico não funciona.

Werner (1982, p. 275 apud WELKER, 2005, p. 119) salienta que a definição “somente é ótima quando a combinação dos sememas do definidor abrange os mesmos semas que o semema da unidade a ser definida”.

Rey-Debove (1966 apud WELKER, 2005, p. 120) esclarece alguns detalhes sobre as definições ao dizer que “*definiendum* é aquilo que deve ser definido, e *definiens* é aquilo que define”. Ou seja, o *definiendum* é o conceito e o *definiens* é o signo a ser definido.

É, pois, nessa visão teórica que se tem a pesquisa A constituição de subáreas dialetais no *falar* da Bahia.